

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e vinte e três minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, Deputado Independente, como Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Duarte Miguel Paiva Severim (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), João de Meneses da Costa (BE), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PDR), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Rubina Andreia Silva Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, Carlos André Camacho Alves, Fábio Dinarte Costa Bastos, João Paulo Pereira Marques, José Agostinho de Freitas Baptista, José António de Freitas Rodrigues, José Jorge Andrade Camacho, Luís Miguel Moura de Sousa, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno

Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Edgar Freitas Gomes da Silva.-----

--- **Grupo Municipal do JPP** – Orlando Manuel Henriques Fernandes.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, e dos Senhores Vereadores Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rúben Dinarte Silva Abreu, Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Nadina Cristina G. Pereira Mota e Luís Miguel Castro Rosa. -----

--- Esteve ausente a Senhora Vice-presidente Idalina Perestrelo Luís. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

**Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente:-----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:**-----

**1.1. Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso,** eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo BE, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Egídio Paulo Caires Fernandes. -----

**1.2. Igor Davide Ribeiro Andrade,** eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo BE, comunicou a sua ausência, sendo substituído por João de Menezes da Costa. -----

**1.3. Teresa Alexandra Freitas Ramalho,** eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Juvenal Nunes Rodrigues, na impossibilidade de João Inácio da Silva Abreu, de Hugo Roberto Pestana da Corte, de

Alexandra Raquel Camacho Gouveia, de David Caldeira Ferreira e de Andreia Drumond Caetano.-----

**1.4. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu**, eleito pela Coligação Confiança, eleito pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Rubina Andreia Silva Abreu.-----

**1.5. Rubina Vanessa da Silva Rebelo**, eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PDR, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves. ----

**1.6. Maria Idalina Fernandes da Silva**, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Agostinho de Freitas Baptista. -----

**1.7. Pedro José Jardim Gomes**, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge Andrade Camacho. -----

**1.8. Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo, eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Miguel Paiva Severim. -----

**1.9. Elias Rodrigues Homem de Gouveia**, Vereador eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Nadina Cristina G. Pereira Mota. -----

## **2. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO:**-----

**2.1. Edgar Freitas Gomes da Silva**, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a cessação da suspensão de mandato.-----

**2.2. Luís Miguel Castro Rosa**, Vereador eleito pelo CDS-PP, comunicou a cessação da suspensão de mandato.-----

## **3. RENÚNCIA DO MANDATO:**-----

**3.1. Cláudia Maria Ferreira Faria**, deputada municipal eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo JPP, comunicou a renúncia ao mandato.-----

#### **4. EXPEDIENTE:-----**

##### **4.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:-----**

- O Presidente da Câmara Municipal de São Vicente enviou um convite para a Sessão Solene do Dia do Concelho de São Vicente, que se realizou no dia 25 de agosto de 2019.

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite para estar presente no XXII Festival de Folclore de São Martinho, que se realizou nos dias 30 e 31 de agosto de 2019.-----

- A Presidente da Câmara da Ponta do Sol enviou um convite para a Sessão Solene do Concelho da Ponta do Sol, que se realizou no dia 8 de setembro de 2019.-----

- O Presidente da Câmara de Santa Cruz enviou um convite para a inauguração dos Julgados de Paz de Santa Cruz, que se realizou no dia 13 de setembro de 2019.-----

- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites:-----

- Para a apresentação do livro “Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense”, que se realizou no dia 16 de setembro de 2019.-----
- Para a cerimónia do 131º Aniversário do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal, que se realizou no dia 24 de setembro de 2019. -----
- Para a apresentação da obra “Singularidades Arquitetónicas do Funchal”, que se realizará no dia 27 de setembro de 2019.-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviou um convite para a Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizará no dia 4 de outubro de 2019. -----

#### **5. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF:-----**

##### **5.1 - Do Deputado Municipal do PCP/PEV-CDU:-----**

- Situação da inscrição para aceder a uma habitação com arrendamento social da família de José Marques de Jesus e da família de Maria Sizaltina Figueira Fernandes.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada, no serviço administrativo daquela Assembleia, o pedido de intervenção do público de Fernando Rodrigues Góis.-----

De seguida, deu a palavra ao munícipe Fernando Rodrigues Góis, que manifestou o seu desagrado por estar a aguardar, desde dois mil e dezasseis, que a Câmara solucione a questão da obra ilegal que se encontra concluída e alugada, sem respeitar o afastamento da estrada e da sua partilha. Também espera que o Senhor Vereador, com o pelouro das obras, defina se aquela obra está legal, se cumpriu o PDM – Plano Diretor Municipal e se respeitou as normas da Lei.-----

Ameaçou ainda que se isso não ficar ali bem claro, impedirá que se realizem mais sessões de Assembleia Municipal.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que disse não poder, assim como aquele fórum, aceitar de ânimo leve algumas das declarações ali proferidas pelo munícipe interveniente, uma vez que se tratou de fazer ameaças a uma Casa que é eleita democraticamente. Iria, todavia, relevar, uma vez que se trata ainda de uma altura de campanha eleitoral em que o cidadão em causa estava ativamente envolvido, pelo que responderia apenas e exclusivamente àquela que é a matéria de facto, repudiando obviamente todas as ameaças que foram proferidas, com as quais não pode transigir.-----

Depois, passou a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins** para prestar os esclarecimentos urbanísticos, em análise, ao munícipe interveniente, começando por lhe repetir o que lhe havia dito em janeiro e que só não foi ouvido por ele, por ter ido embora. Assim, na altura foi-lhe oficiado que se pronunciasse sobre questões que os Técnicos da análise urbanística colocaram, para poderem aferir sobre a legalidade do reportado. A

ausência de resposta ao ofício implicou o envio de um novo ofício com um prazo de quinze dias.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a recordar aos Senhores Deputados Municipais que o PAOD – Período de Antes da Ordem do Dia tem duas partes, em que a primeira parte é destinada a tratar dos assuntos que sejam de interesse local e de assuntos relativos à administração municipal, e a segunda parte para deliberar sobre votos de louvor, congratulação, saudação protesto ou pesar. Assim, agradeceu que respeitassem aquela ordem, para que não venham a acontecer situações de intervenções no período da votação.

De seguida, deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma da Costa, do GMC**, indicado pelo NÓS, Cidadãos!, para apresentar o **Voto de Congratulação**, por ele proposto, **pelos 31 anos da medalha de ouro olímpica, conquistada por Rosa Mota na Maratona de Seoul, e o título de Campeã Europeia de corta-mato nos Europeus Masters de Atletismo, escalão +60 anos**, que se transcreve:

“Rosa Maria Correia dos Santos Mota, nasceu no dia 29 de junho de 1958, na cidade do Porto e, cedo, dizem, começou a correr pelas vielas da Foz do Douro.-----

A vida e extraordinária carreira da segunda atleta portuguesa a conquistar uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos, parece ter uma relação peculiar com o mês que atravessamos, setembro, e tal voltou a repetir-se no passado dia 8.-----

Foi no dia 12 de setembro de 1982, que Rosa Mota – e quando as mulheres ainda estavam impedidas de participar em muitas provas do programa Olímpico, unicamente porque eram mulheres e relatórios “científicos” justificavam que o corpo/organismo das atletas do sexo feminino não lhes permitia correr, no caso do atletismo, distâncias mais longas do que os 3000 metros – ganhou a sua primeira Maratona, a do Campeonato Europeu de Atletismo, em Atenas, precisamente a primeira em que as mulheres foram oficialmente autorizadas a



correr a distância mais longa do atletismo, os 42 quilómetros e 195 metros. Disse, anos mais tarde, que “foram os deuses gregos que me (a) escolheram para ser maratonistas”!

Porém, esta foi apenas a primeira de uma longa (e brilhante) lista de vitórias de Rosa Mota, em Maratonas e noutras modalidades. Para além de pioneira, pois abriu as portas para que o desporto e atividade física fossem acessíveis às mulheres, a sua carreira, como atleta, é notável e parece ainda não ter terminado. -----

Ao título inicial acima apontado, somou uma medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984 (a mesma prova em que Carlos Lopes obteve o primeiro título olímpico para o país), uma medalha de ouro que nos Jogos de Seoul, na Coreia do Sul, em 1988 (no dia 23 de setembro), um título mundial na cidade de Roma, em 1987 (talvez a melhor corrida da sua carreira), mais dois títulos europeus (em Estugarda, 1986 e Split, em 1990), além de vitórias em todas as mais importantes Maratonas internacionais: Roterdão (1982), Chicago (1983 e 1948), Boston (1987, 1988 e 1990), Londres (1991), Osaka (1989) e Tóquio (1986). Naquele período, todos os portugueses desejavam e confiavam numa vitória de Rosa Mota, e ela cumpriu! O país vibrou com as suas conquistas e medalhas, até abandonar a modalidade da maratona, em 1992. Em pouco mais de 10 anos de carreira desportiva, entre 1982 e 1992, correu um total de 21 maratonas, vencendo 14 delas. É um feito único no desporto nacional que também aqui louvamos e congratulamos! -----

Mas, como dissemos, a Campeã Olímpica da Maratona, em 1988, não parou ainda de correr e, 37 anos depois da vitória na Maratona do Campeonato Europeu de Atletismo, em Atenas, Rosa Mota, sagrou-se, no passado domingo, dia 8 de setembro, Campeã Europeia de corta-mato nos Europeus Masters de Atletismo, no escalão para atletas com mais de 60 anos, em Veneza, cumprindo os quatro quilómetros da prova em apenas 15,14 minutos. A excecional atleta voltou a vencer e juntou ao seu já extenso palmarés, não só mais uma medalha, mas principalmente a alegria de milhões de portugueses! -----

As dimensões desportiva, humana e cívicas de Rosa Mota, fizeram dela uma figura maior – e de referência – da nossa história contemporânea, por isso foi distinguida com inúmeras homenagens e condecorações, nacionais ou internacionais, como a Grã-Cruz da ordem do Infante D. Henrique e o Prémio da Associação Internacional de Maratonas e Corridas de Distância (AIMS).-----

Por diversas vezes elevou a bandeira nacional ao mais alto nível e, por isso, é considerada ‘a maratonista mais valiosa de sempre’, mas sempre deixou uma mensagem simples sobre aquilo que melhor faz, a prática do desporto: ele “pode unir e inspirar, assim como promover o papel vital que pode desempenhar na promoção da paz e harmonia na sociedade”. -----

Rosa Mota é, então, uma das figuras mais acarinhadas pelos portugueses e embaixadora do nosso país e do desporto. -----

Pelo anteriormente exposto, e passados 31 anos desse marcante acontecimento para a história do desporto nacional, e para a singular e especial atleta portuguesa, proponho que se delibere nesta Assembleia Municipal: -----

a) um Voto de Congratulação à cidadã desportista, Rosa Maria Correia dos Santos Mota, pelas incessantes vitórias alcançadas ao longo de toda a sua carreira, em particular a medalha de ouro nos jogos olímpicos de Seoul, a 23 de setembro de 1988, e a mais recente conquista do título de Campeã Europeia de corta-mato nos Europeus Masters de Atletismo, no dia 8 de setembro, em Itália. -----

b) o envio do presente Voto de Congratulação à atleta e à imprensa regional.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, antes de dar continuidade à apreciação do Voto apresentado, pediu desculpa por ter passado de imediato à segunda parte do PAOD, pelo que se ninguém se opuser, após a apresentação dos votos, passará à primeira parte do PAOD.-----

Assim, não havendo inscrições para a apreciação do Voto apresentado, passou à sua

votação, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo quinze votos do GMC, dezasseis votos do PPD/PSD, dois votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Independente e um voto do JPP.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Senhores Deputados Municipais: António José Gouveia Gomes, Guido Marcelino Mendonça Gomes, João de Meneses da Costa, Nicodemo Balona Gouveia Câmara, do GMC respetivamente, Luís Miguel Moura de Sousa, do PPD/PSD e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP.----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, que apresentou o seguinte:-----

“O Grupo Municipal do PSD coloca à consideração desta Assembleia, um Voto de Protesto, não só pela recusa da Câmara em prestar informação relevante sobre a vida da Frente MarFunchal, mas também um protesto pelo bloqueio que esta Câmara impôs à auditoria aprovada nesta Assembleia Municipal. E aqui chegados, importa recordar exatamente em que estado é que está esta Empresa Municipal. -----

É uma empresa que como certamente saberão tem apresentado sucessivos resultados financeiros negativos, é uma empresa que contou, até há bem pouco tempo, com uma dívida à Autoridade Tributária, dívida essa que terminou com a penhora de contas bancárias do Município, é uma empresa que deixou os seus funcionários com salários em atraso e no meio deste cenário de óbvia falência técnica, lá aparece a Câmara Municipal do Funchal, qual “fada madrinha”, a adquirir 80 mil ingressos para os Complexos Balneares que são geridos pela Empresa Municipal Frente MarFunchal, no valor de 290 mil euros. E esta “mãozinha” da Câmara Municipal do Funchal, uma espécie de boia de salvação que foi atirada à Frente MarFunchal, tem escrito financiamento encapotado por todo o lado. E nós sabemos e recordamos nesta Assembleia, o que é que aconteceu com o Presidente da Câmara da Maia pelo financiamento indevido a uma das suas empresas municipais,

curiosamente, ou não, suscitado por um antigo membro desta Coligação. -----

Por isso, Senhor Presidente da Câmara, o que lhe pedimos e o que está subjacente a este Voto de Protesto é uma coisa muito simples, afaste de uma vez por todas o clima de suspeição que se abate sobre a Empresa Municipal Frente MarFunchal. Demonstre que a compra de bilhetes tem outro objetivo que não o financiamento, por portas e travessas, da Frente MarFunchal, entregue a documentação que lhe foi pedida em reunião de Câmara, avance com a auditoria que foi aprovada nesta Assembleia Municipal à Empresa Municipal Frente MarFunchal.-----

Senhor Presidente, faça-o por respeito aos trabalhadores da Frente MarFunchal, mas também por respeito a todos os Deputados Municipais, aqueles que foram eleitos pela população do Funchal, e eu recordo que nem toda a gente se pode gabar de ter sido eleita para desempenhar o cargo que hoje desempenha. Faça-o por respeito a quem tem por função fiscalizar a Câmara, afaste a nebulosa que se abate hoje sobre a Empresa Municipal Frente MarFunchal, avance com a auditoria, respeite estes Deputados Municipais.”-----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, sobre a situação de falta de liquidez e de falta de sustentabilidade financeira da Empresa Municipal Frente MarFunchal, pretende saber: -----

“- Qual é a razão de só naquele dia o Senhor Presidente da Câmara lhes entregar um relatório relativamente à auditoria prévia das contas da Frente MarFunchal, e nunca ter entregue um relatório à Comissão de Acompanhamento à Auditoria às Contas da EFMF, como solicitado?-----

- Qual é o receio do poder municipal em entregar todos os documentos, para que possam ter a verdade dos factos sobre a gestão municipal da Frente MarFunchal?-----

- Porque é que a Câmara Municipal do Funchal forneceu oitenta mil entradas a algumas

instituições, juntas de freguesia e entidades tuteladas pela Câmara do Funchal?-----

- Porque é que não criaram essa transparência naquela Assembleia Municipal? -----

Quer-se, também, que o Senhor Administrador da Empresa Municipal Frente MarFunchal ali ou na Comissão, esclareça todas as dúvidas que recaem sobre a gestão pública daquela empresa municipal.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** referiu o seguinte: “Quem, daqueles que têm feito pedidos de documentos a esta Câmara Municipal, pode ficar indiferente a este voto de protesto? -----

Quem, daqueles que ousam fiscalizar a atividade da Câmara Municipal ou das empresas municipais, pode ficar indiferente a este voto de protesto?-----

Quem? -----

Só mesmo aqueles que nunca pediram nada, e são muitos nesta Assembleia, a esta Câmara Municipal.-----

O Juntos Pelo Povo também tem sentido as dificuldades expostas neste documento só tendo obtido os documentos pedidos através de intimações judiciais do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, e já são quase uma dúzia de ações interpostas e ganhas. -----

Os nossos serviços de contencioso têm tido trabalho, mas os resultados obtidos têm sido de 100% de ações ganhas.-----

Assim sendo, só podemos dizer aos nossos colegas que sigam o nosso exemplo na falta de resposta aos pedidos. -----

Por último, lembrar que qualquer cidadão pode requer e obter os documentos administrativos que entender, através desta mesma fórmula.-----

O Juntos pelo Povo pode ajudar se assim o entenderem.-----

Nunca permitam que a Câmara ou as empresas municipais vos deixem sem resposta. A lei

está do nosso lado, só temos de a fazer cumprir.-----

Como é natural votaremos favoravelmente este voto de protesto.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, disse que por o Partido Socialista não dissentir daquela que foi a ação do Partido Social Democrata, onde é demonstrada a sonegação de informação e de fiscalização da Empresa Municipal Frente MarFunchal no voto de protesto ali apresentado, teme que a exemplo do que sucedeu em anos anteriores, na Assembleia Legislativa da Madeira, onde foi necessário criar um movimento de protesto chamado o *Pacto pela Democracia*, em que constava que na não comparecimento do Governo ao parlamento para o debate, a oposição abandonaria a sala, ali tenham que recorrer à mesma medida.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV-CDU**, transmitiu que a questão ali colocada é um problema ético e um problema que tem a ver com a própria credibilização das instituições, que em democracia tem deveres de gestão do bem público. Assim, se os deputados municipais pedem uma informação detalhada, rigorosa e transparente sobre a gestão financeira da Empresa Municipal Frente MarFunchal, a Câmara tem que franquear as portas e tem que, em articulação com aquela Empresa Municipal, garantir que as paredes de vidro possam de facto ser a regra distintiva de quem está na administração pública, e não dificultar os mecanismos de transparência na informação, da democracia e dos princípios éticos elementares.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por esclarecer o **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, dizendo que a entidade que fiscaliza a operação da Câmara, é precisamente a Assembleia Municipal e que embora aquilo que foi solicitado e que está na génese daquele Voto de Protesto, tenha sido entregue a todos os grupos municipais, explicou que o processo de aquisição de bilhetes por parte da Câmara à Empresa Municipal Frente MarFunchal, foi um

processo de aquisição transparente como muitos outros que são feitos naquela Câmara. Relativamente ao que o Ministério Público e o Tribunal de Contas solicitaram, foi respondido e não houve qualquer tipo de acusação nem reparo ao procedimento e à atuação da Câmara Municipal do Funchal. -----

As aquisições de bilhetes foram para utentes que, no passado, eram considerados não pagantes - sendo essa sim, na sua opinião, uma má gestão de um serviço prestado que deve ser pago - e também para salvaguardar os salários dos funcionários daquela Empresa Municipal. Embora o PSD e outros partidos que o pretendem seguir, utilizem sem qualquer decoro e sem qualquer preocupação pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores daquela empresa, aquele processo, como uma arma de arremesso político, a Câmara irá continuar a salvaguardar o trabalho, o serviço que é prestado e os direitos dos trabalhadores que exercem a sua profissão na Empresa Municipal Frente MarFunchal. ----

Em relação às questões levantadas pelo **Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes**, disse que este já teve acesso aos documentos pretendidos e que o facto de não ter encontrado nada que encerre responsabilidades financeiras, significa que já os tem há muito tempo.-----

Sobre o facto de serem iguais ao PSD como referiu a **Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho**, discordou em toda a linha porque todo o Executivo está ali a prestar todas as explicações solicitadas, e todos os documentos que foram solicitados foram entregues e em conformidade, pois aquele processo é transparente e foi gerido sem mácula.-----

Também não aceitou as acusações de opacidade feitas pelo **Senhor Deputado Municipal Edgar Silva**, porque naquele caso o que norteou a atuação daquele Executivo foi a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, registou que o Senhor Presidente da Câmara julga que tudo o que se passa na Empresa Municipal

Frente MarFunchal, é imaginação dos Partidos da oposição e que é um enredo que estes construíram para pôr em causa a gestão financeira da Câmara, por isso questionou: -----

“- Se acha que é um enredo ter uma Empresa Municipal que não consegue cumprir com as suas obrigações fiscais; -----

- Se acha que é um enredo uma Empresa Municipal não conseguir pagar o salário aos seus trabalhadores; -----

- Se acha que é um enredo existir uma Empresa Municipal em clara falência técnica; -----

Depois demonstrou satisfação por finalmente ficarem a saber e o Senhor Presidente da Câmara assumir, que afinal a verdadeira natureza da aquisição de ingressos à Frente MarFunchal, foi para pagar salários aos funcionários da Frente MarFunchal e não para facultar ingressos a utentes de instituições, como é referido nos documentos entregues. --

Acrescentou que não estão ali para dificultar o trabalho de ninguém, mas sim para defender os trabalhadores e a saúde financeira de todas as Empresas Municipais.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, voltou a colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara: -----

“- Se não é verdade que o CDS apresentou uma proposta na reunião de Câmara, através do Vereador Rui Barreto, com o aval dos vereadores do Partido Socialista da Coligação Confiança, para ao abrigo do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, salvaguardar os interesses públicos, pagar os salários dos funcionários da Empresa Municipal Frente MarFunchal e para aumentar o capital transferindo verbas da Câmara Municipal do Funchal para aquela Empresa Municipal. -----

- Se não é verdade que a Empresa Municipal Frente MarFunchal esteve em falta para com a Autoridade Tributária a contribuição do IVA. -----

- Se não é verdade que a Empresa Municipal Frente MarFunchal tinha um débito à Segurança Social.-----



- Se não é verdade que a Empresa Municipal Frente MarFunchal deixou de ter liquidez para pagar os seus funcionários.” -----

Depois, manifestou solidariedade para com os funcionários daquela Empresa Municipal na sua luta, estando sempre em prol do coletivo público e ao lado daqueles que sofrem e que auferem menos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** retorquiu aos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara dizendo:-----

A entrega da documentação solicitada relativamente à Empresa Municipal Frente MarFunchal só se concretizou passados seis meses por intimação judicial. -----

Perguntou depois:-----

“-Quando retificará a Câmara Municipal, enquanto único acionista da Frente MarFunchal, os resultados de dois mil e dezoito?” -----

Salientou ainda que nunca estiveram nem estão contra a Empresa Municipal Frente MarFunchal e muito menos contra os trabalhadores da mesma, apenas estão a favor da transparência e como tal estão a desempenhar o seu papel de fiscalização do trabalho da Câmara Municipal e das empresas municipais. -----

Aproveitou ainda para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que deve viabilizar a auditoria, sob força de terem de recorrer a outros meios, tal qual como fizeram na Câmara Municipal da Maia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** proferiu o seguinte: “Nós podemos debater dias a fio a situação da Frente MarFunchal que não vamos encontrar nada de bom, porque as empresas municipais são criadas pelas Câmaras Municipais, para conseguirem ter comportamentos que eu considero menos próprios na política. Por muito dinheiro que a Frente MarFunchal cobre aos cidadãos pelos diversos serviços que executa, por muito bom trabalho que a Frente MarFunchal faça em

serviço do bem comum, efetivamente toda a estrutura e a forma como é organizada e montada, acaba sempre por ser um saco sem fundo para os contribuintes e a Câmara tem que estar em constante salvamento. Portanto a única solução plausível para resolver esta questão da Frente MarFunchal, ainda ninguém o disse hoje, mas é claro para o PTP, é o seu encerramento.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que começou por dirigir-se ao **Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques**, dizendo que a Câmara tem de pagar todos os serviços que adquire e que a forma como as empresas e os fornecedores, neste caso, a Empresa Municipal Frente MarFunchal aplica as receitas, é da responsabilidade da sua administração que tem autonomia financeira e administrativa, como tal, a Câmara não se pode substituir à administração da Frente MarFunchal para pagar diretamente salários, aquilo que a Câmara fez foi adquirir entradas para utentes das juntas de freguesia, dos centros comunitários, de algumas escolas e de ATLS que estavam a usufruir dos complexos balneares sem pagar. Por isso, o Ministério Público e o Tribunal de Contas conferem que não há nenhuma ilicitude e que tudo está em conformidade.-----

Lembrou ainda que por a Câmara do Funchal estar a tentar tornar aquela empresa municipal sustentável, transferiu a gestão dos parquímetros para a mesma. Como tal, a gestão dos mesmos acarretou-lhes uma responsabilidade proveniente do Tribunal, com um dos recursos humanos que estava na empresa que tinha a concessão dos parquímetros, e que não tinha sido admitido nos quadros da Empresa Municipal Frente MarFunchal. Quando o Tribunal estabeleceu que devia de ser admitido tiveram que ser pagos todos os ordenados e a segurança social com efeitos retroativos, perante isto foi feito um pedido à segurança social para um pagamento prestacional, que obteve como resposta a penhora das contas.-----

Relembrou também que a Empresa Municipal Frente MarFunchal não nasceu agora e que chegou a dois mil e treze com um passado tenebroso, com uma dívida brutal e com capitais próprios negativos, por isso está tranquilo porque têm tentado dar a sustentabilidade financeira àquela empresa municipal e salvaguardado os interesses dos trabalhadores, apesar de, infelizmente, aquela ter sido eleita como uma arma de arremesso político e que tem saído em desfavor dos trabalhadores. -----

Ao **Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes** disse que o próprio acabou por comprovar que as portas não estavam fechadas, porque, como o próprio referiu conseguiu reunir com o Senhor Administrador da Empresa Municipal Frente MarFunchal, por isso o mesmo terá de se conformar com o facto de não ter sido o escolhido para administrar aquela empresa municipal, mas sim o administrador Nelson Abreu, no qual continuam a acreditar.

À **Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho** disse que não coloca de parte a hipótese de fechar a Empresa Municipal Frente MarFunchal, porque se for para todos os anos continuar na senda de ataque àquela empresa, se calhar será esse o caminho mais certo para salvaguardar os interesses dos trabalhadores e o serviço que é prestado à população.

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Protesto - Contra a não entrega da documentação solicitada pelos Vereadores da CMF, sobre a Frente MarFunchal**, proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, sendo **aprovado por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Independente, um voto do JPP, quinze votos contra do GMC e quatro abstenções do GMC.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Cristiana Martins de Sousa, Egídio Paulo Caires Fernandes, João de Meneses da Costa e Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC.-----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, declarou: “A Frente MarFunchal é uma empresa que teve um passado muito triste, com dívida gigantesca e que à semelhança do que está a acontecer na Câmara Municipal do Funchal, as dívidas estão a ser reduzidas. É um processo transparente, os documentos estão todos entregues e se há dúvidas os documentos estão há vossa frente onde poderão facilmente consultar. Seria interessante agora virar o foco para outras questões que saem um pouco fora do âmbito deste Município, mas que nos afeta a todos como contribuintes, nomeadamente a questão dos 600 anos, onde vemos *merchandising* de campanha muito semelhante à *merchandising* de partidos políticos por aí.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, declarou: “Parece que o Partido Socialista acordou do sono a que estava submetido durante esta discussão, eu não deixo de achar caricato este sentido e esta declaração de voto do Partido Socialista, porque depois do Senhor Presidente da Câmara assumir perante esta Assembleia que considerava encerrar a Empresa Municipal Frente MarFunchal, veio o Senhor Deputado do Partido Socialista dizer que afinal estava tudo bem e que nada se passava, não deixa de ser engraçado.”-----

--- Por esta ocasião a **Senhora Deputada Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC**, interrompeu para pedir à Mesa que advertisse o Senhor Deputado João Paulo Marques que não estava a fazer uma declaração de voto.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, para se cingir à declaração de voto e não a uma intervenção.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, voltando a tomar da palavra disse que era a mensagem que queria deixar aos trabalhadores da Frente MarFunchal.-----

--- Ao que o **Senhor Presidente da Assembleia** voltou a intervir dizendo que uma declaração de voto não é uma mensagem para ninguém, mas sim uma mensagem que justifica o voto, como impera o bom senso. Como tal deu a razão ao GMC. -----

Voltando a dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques**, advertiu-o a cingir-se à declaração de voto, continuando aquele a dizer que a justificação para o voto do PSD é garantir aos trabalhadores da Frente MarFunchal que apesar da tentativa do Presidente da Câmara Municipal do Funchal em encerrar a empresa e com isso esconder as contas da mesma, não deixarão que isso aconteça porque a Comissão irá para a frente e a auditoria será feita. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, justificou o sentido de voto da sua bancada dizendo: "O Senhor Presidente da Câmara, com algum receio, com certeza, com o teor dos partidos que integram a Comissão e que suscitaram a auditoria também às contas da Frente MarFunchal, só hoje é que trouxe aqui à Assembleia este mesmo relatório justificativo e que não o é, porque o senhor Presidente da Câmara disse-o, e no nosso entender mal, que foi para efetuar pagamento de salários aos funcionários da Frente MarFunchal. Portanto, o CDS não pode pactuar com a falta de transparência, de informação, não pode deixar de cumprir com o estatuto de oposição que tanto os Senhores do Partido Socialista apregoam na Assembleia Legislativa Regional, por isso o nosso sentido de voto, como é óbvio, teria que ser a favor do voto apresentado pelo PSD." -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** lembrou que o Regimento no nº 2 do artigo 51º sobre a declaração de voto diz: *O Deputado que apresentar declaração de voto pode usar 1 minuto para explicar oralmente a respetiva fundamentação.* -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Segundo Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para poder pronunciar-se, sendo substituído

pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

Começou por referir-se a uma carta de um utente de um ginásio tutelado pela Autarquia, dirigida aos Deputados Municipais, ao Presidente da Assembleia e ao Presidente da Câmara, que denuncia e pede os seguintes esclarecimentos: -----

- Divergências quanto à administração dos fundos dos seus utentes e ocultação das contas desses Ginásios. -----

- No Centro Comunitário do Funchal fazem lanches e almoços diariamente sem passar recibo aos utentes. -----

- Fazem donativos que não são contabilizados nem apresentadas contas sobre os mesmos.

- Fazem passeios promovidos com o autocarro da Câmara, mas pagam como se assim mesmo não fosse. -----

Depois dirigiu-se à Senhora Vereadora Madalena Nunes pedindo que clarifique aquelas situações pouco claras e transparentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que esclareceu que a Câmara privilegia o associativismo e a participação das pessoas e, naquele caso, os utentes de um dos ginásios decidiram organizar-se para se quotizarem, e aplicarem o valor por eles estipulado naquilo que melhor entenderem, mas a Câmara não tem qualquer intervenção no assunto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente**, voltou a questionar se é verdade que no Centro Comunitário do Funchal, fazem lanches e almoços diariamente, cobrados e sem emissão de recibo aos utentes. -----

Questionou ainda se é verdade que os equipamentos dos ginásios estão avariados ou desligados há muito tempo. -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** respondeu que

os ginásios têm determinados equipamentos que no momento já se encontram um pouco obsoletos, por isso estão a prever uma verba no próximo orçamento para substituírem e modernizarem esses equipamentos. -----

Relativamente à venda de doces não tem mais nada a acrescentar, porque é sabido que a Câmara não faz esse tipo de coisas, isso apenas tem a ver com o modo como os utentes se organizam. -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Roberto Paulo Ferreira Vieira**, Segundo Secretário da Mesa, voltou a ocupar o seu lugar. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que elencou o seguinte: -----

- **Proteção Civil:** -----

- Entrega de divisas aos Bombeiros Sapadores durante a cerimónia do 131º Aniversário do Corpo de Bombeiros Sapadores. -----

- Aumento das tabelas salariais na proporção que o Decreto Legislativo Regional prevê, e o Decreto Legislativo Nacional no que respeita à convergência entre Bombeiros Municipais e Bombeiros Sapadores, que terá início a partir do corrente mês com efeitos retroativos a julho. -----

- Compromisso da Câmara Municipal do Funchal para abertura de concurso para todos os Bombeiros que cumpriram os cursos de certificação, que lhes permitem concorrer para categorias superiores, nomeadamente Bombeiro Sapador, Sub-chefe de 2ª, Sub-chefe de 1ª, Chefe de 2ª e Chefe de 1ª. -----

- A Câmara associou-se ao POCIF – Plano Operacional de Combate a Incêndios Florestais

2019, com recursos humanos e com financiamento de cerca de 40 mil euros -----

- Instalação de hidrantes nas zonas altas, nomeadamente, acima da Estrada Comandante Camacho de Freitas, que permitem um combate a incêndios mais eficiente. -----

- **Ambiente e Causa Animal:** -----

- A Câmara Municipal do Funchal associou-se à Semana Global do Clima e organizou uma Conferência com Rui Silva Santos, para o dia 26 de setembro do corrente ano, aproveitando para convidar os Deputados Municipais para estarem presentes. -----

- Lançamento do Eco Cartão para premiar boas práticas ambientais, numa 1ª fase aplicado às Escolas de 3º Ciclo e do Ensino Secundário no concelho do Funchal. -----

- Foram feitas intervenções de limpeza nos bairros sociais, sendo recolhidas 12 toneladas de resíduos sólidos no corrente ano. -----

- Instalação de *chips* em todas as árvores que estão no espaço público municipal e que fazem parte do património arbóreo da cidade do Funchal, que permitirão uma melhor e mais cuidada caracterização do histórico dessas árvores. -----

- Criação de dois pontos de água não potável para abastecimento dos veículos dos Bombeiros Sapadores do Funchal, e para a limpeza e lavagem das ruas da cidade do Funchal. -----

- Lançamento de uma campanha contra o abandono do animal durante o verão. -----

- Instalação de 24 eco papeleiras em todas as Escolas do concelho do Funchal. -----

- **Economia, Comércio e Turismo:** -----

- Mobilização e dinamização do Dia Mundial do Turismo e atividades na semana de 25 a 27 de setembro do corrente ano. -----

- Substituição da iluminação pública, que vai ao encontro de uma das preocupações dos comerciantes da Rua dos Tanoeiros e da Rua João Tavira em melhorar a luminosidade daquelas artérias. -----

- Criação de uma *newsletter* de investimento do concelho para os emigrantes, que permite dar a conhecer quais são os incentivos da política fiscal do Município em termos de benefícios fiscais, quer para a reabilitação urbana quer para outro tipo de empreendimentos que pretendam instalar no concelho do Funchal. -----

**- Mobilidade:**-----

- Rede de Monitorização de Tráfego, Emissões Poluentes e Ruído, que será um projeto enquadrado no Civitas Destinations e financiado por essa via. -----

- No âmbito da Semana da Mobilidade que decorreu na última semana, houve lugar para uma conferência onde estiveram presentes o Vereador de Lisboa, a Vereadora de Ponte de Vedra, dois académicos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto, que apresentaram aquilo que são as melhores práticas que têm aplicado nas suas cidades, sendo as concelho do Funchal distinguidas pela Comissão Europeia, nomeadamente, os *Kiss & Ride* e as passadeiras iluminadas, sendo também incluídas nas melhores práticas de Mobilidade da Europa. -----

**- Modernização Participativa:** -----

- Lançamento da aplicação do Município do Funchal para Tablets e Telemóveis, disponível quer no *Google Play* quer na *App Store* e que compreende um conjunto de informações do Município do Funchal, e permite aos utilizadores reportarem incidentes ou comunicarem leituras dos contadores de água, ou outro tipo de reclamações que pretendam fazer. -----

- Existirão novos acessos do *WiFi* gratuitos nos espaços municipais, nomeadamente no Mercado Municipal dos Lavradores, através de uma candidatura a um projeto europeu chamado *WiFi4EU*, que concederá à Autarquia um financiamento para instalação do *WiFi* gratuitos. -----

- Projeto CIGMA - Centro Integrado de Gestão Municipal de Acontecimentos, cujos projetos de especialidade estão, no momento, a serem desenvolvidos. -----

**- Educação:** -----

- Foi lançado o Projeto Educativo, único na Região Autónoma da Madeira, e desenvolvido pelo Departamento de Educação e Qualidade de Vida, do Município do Funchal, com agendamento anual de todas as atividades infantojuvenis do Projeto Educativo da Câmara Municipal do Funchal, que compreende não só a Educação Ambiental, mas também a Educação Social, Educação Financeira e todo o espectro de desenvolvimento humano que a Câmara trabalha. -----

- Promoção da Formação em Cidadania e Empreendedorismo para os docentes do concelho. -----

**- Obras:** -----

- Estão em fase de conclusão as intervenções previstas para as escolas do ensino básico.

- Foi aprovado em Reunião de Câmara o projeto e o lançamento do concurso público internacional para a Reabilitação do Matadouro, cujo espaço tem o propósito de criação de uma comunidade criativa e um ecossistema de empresas. -----

**- Redes de água:** -----

- Estão em curso três intervenções de substituição de todas as redes de fibrocimento que ainda se mantinham no concelho do Funchal, nomeadamente, na Rua da Casa Branca, em São Martinho, na Rua de São Martinho e no Avista Navios, faltando ainda outras duas intervenções que se contam lançar até ao final do corrente ano. -----

- Intervenção na escarpa entre a Fundoa e o Encontro em São Roque, com previsão de conclusão até novembro do ano vigente. -----

**- Obras e equipamentos públicos:** -----

- Instalação do elevador do Complexo Balnear da Barreirinha, que permitirá a acessibilidade de qualquer pessoa ao solário. -----

- Recuperação de várias salas no edifício dos Paços do Concelho. -----

- Foi adquirida uma nova cadeira anfíbia que está instalada no Lido. -----
- Conclusão do solário da Doca do Cavacas, que já se encontra aberto ao público.-----
  - Adjudicação do sistema de telegestão e a 1ª fase do Projeto de Controle de Derrames de Água em Tempo Real, que compreende Santo António e São Roque na sua totalidade e São Martinho parcialmente, e que após a adjudicação e visto do Tribunal de Contas, irá para o terreno. -----
  - Foram investidos 41 mil euros nos Complexos Habitacionais. -----
  - Já existe no Curral dos Romeiros a rede de coletores de saneamento básico.-----
  - Recuperação de 13Km de caminhos pedestres no Parque Ecológico do Funchal, onde três deles, que são recomendados, encontravam-se encerrados desde o 20 de fevereiro de 2010.-----
  - Abertura de uma pista de *Downhill*, no Parque Ecológico do Funchal, com trilhos próprios.
  - Está em curso um investimento para substituição de redes de água no caminho da Casa Branca, no valor de 388 mil euros, financiado pelo POSEUR. -----
  - **Desporto:** -----
  - A Câmara Municipal do Funchal apoiou e financiou a etapa do Campeonato Nacional de *Aquabike*, que se realizou no concelho do Funchal. -----
  - Promoção de duas semanas de Desportos Náuticos na baía do Funchal, onde salientou a tradicional prova de natação do *Saca*.-----
  - Homenagem a Mayra Santos, nos Paços do Concelho, pela travessia em natação desde o Porto Santo até à Madeira. -----
  - **Cultural:** -----
  - Lançamento da temporada artística para o ano de 2019/2020, com a riqueza já conhecida e mantendo a qualidade dos anos anteriores. -----
  - Foram parceiros fundamentais num projeto único de cultura para o Funchal, que também

foi incluído nos 30 anos da *Porta 33*, chamado Projeto “Ilhéstico”, que levou a arte a diversos espaços do concelho, alguns deles edifícios municipais, como na torre do edifício da Câmara, onde se encontra em exibição uma exposição de um artista, pelo que aproveitou o momento para convidar todos os presentes a participar na mesma.-----

**- Reabilitação Urbana:** -----

- Naquele dia irão ali votar duas Áreas de Reabilitação Urbana, que são a área do Matadouro, chamada de Área de Reabilitação Urbana da Ribeira de João Gomes e a Área de Reabilitação Urbana no Monte, que compreende três sítios, o Sítio do Cabeço dos Lombos, o Sítio da Corujeira e o Sítios dos Tornos.-----

**- Departamento Jurídico:** -----

- Terminou a concessão que existia à Escola Profissional Atlântico, no edifício municipal 2000, porque já acumulava meio milhão de euros de rendas em atraso à Câmara Municipal do Funchal. Após o término do ano letivo o Departamento Jurídico promoveu a tomada de posse do referido espaço, que se encontrando já na posse do Município do Funchal, está a realizar uma avaliação de todas as infraestruturas para uma reabilitação do espaço, para que no fim possam albergar serviços do Município.-----

- Encontra-se em fase de conclusão a reabilitação da Escola Aspirante Mota Freitas, onde será a sede das Águas do Funchal.-----

**- INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, fez a seguinte intervenção: “No dia da cidade tive ocasião de relembrar publicamente as propostas apresentadas pelo JPP e aprovadas por esta assembleia, nomeadamente:-----

- Adoção de medidas para o estacionamento junto do Jardim Botânico.-----

- O apoio financeiro ao Doente Oncológico.-----

- O Museu do Instrumento e da Música Tradicional.-----

- A Avaliação, estabilização e limpeza da escarpa da Rua do Lazareto. -----
- Atraso na Regulamentação específica da ocupação do espaço público e publicidade no Funchal.-----
- Realização de simulacros de situações de emergência em zonas de elevado risco por ocupação do espaço público municipal. -----
- A Auditoria externa à Frente MarFunchal.-----
- Criação da Comissão eventual para acompanhamento da auditoria externa à Frente MarFunchal. -----

Ou seja, apresentamos 8 propostas sem que até esta data tenha sido dado qualquer passo que nos permita identificar alguma boa vontade no acatamento e concretização das propostas aprovadas nesta Assembleia Municipal.-----

Isto para não falar das duas últimas propostas. **A Auditoria externa à Frente MarFunchal e a Criação da Comissão eventual para acompanhamento da auditoria externa à Frente MarFunchal**, que apesar de aprovadas, enfrentam a intransigência na sua aplicação e execução por parte do executivo municipal, primeiramente por Paulo Cafôlo e agora por Miguel Gouveia.-----

Na primeira (auditoria) não avançaram nem um milímetro e na segunda (comissão eventual) mantêm um carácter de indiferença (e até arrogância), como se quem estivesse a prevaricar fossem os deputados municipais eleitos, democraticamente, em sufrágio pelos funchalenses.-----

Continuamos a manifestar a nossa profunda estranheza e protesto, pela atitude de total desrespeito por esta Assembleia, pelos deputados desta casa e pela população que os mesmos representam. -----

Continuamos a manifestar o protesto e a achar que algo se esconde por detrás deste desrespeito.-----

Sublinhamos: quem não deve não teme.-----

O deputado municipal do JPP e o JPP nada temem e seguirão em frente com todos os procedimentos legais, no sentido de levar por diante a AUDITORIA à Frente MarFunchal de forma democrática e com total respeito por aquela empresa e pelo executivo camarário. Não agiremos de forma intransparente como a do executivo camarário, agiremos de forma a colocar a nu todas as situações menos claras que surjam, caso elas existam. -----

Somos pela transparência e em total observância das regras democráticas e plurais, princípios básicos da democracia.-----

A atitude da Câmara Municipal do Funchal e do seu atual Presidente, Miguel Gouveia, é antidemocrática e duma total falta de respeito democrático por esta Assembleia Municipal.

Por último um aviso sério: -----

Não pensem que nos vencem ignorando as nossas propostas. Somos persistentes e perseverantes na fiscalização e na defesa do aprovado nesta Assembleia. Não desistiremos. -----

Desafiamos mais uma vez o Presidente Miguel Gouveia a rapidamente dar instruções para que a Auditoria à Frente MarFunchal se inicie no mais curto espaço de tempo. -----

Nós, no final, divulgaremos os seus resultados independentemente das suas conclusões. Somos transparentes e leais aos nossos eleitores, aos funchalenses. -----

Por outro lado, desafio mais uma vez a Câmara Municipal a rever os resultados de 2018 e por último, como resposta ao Senhor Presidente da Câmara, quero relembrar que na minha atividade profissional nunca foi minha ambição ser presidente ou membro do Conselho de Administração da Frente MarFunchal, se quisesse continuar na função executiva e na função de gestão, teria continuado na Empresa Multinacional onde me encontrava muito bem financeiramente e a Frente MarFunchal não teria capacidade de me pagar aquilo que eu estava a ganhar, quer materialmente, se isso está na sua cabeça, retire, porque nunca

foi minha ambição posso ter tido outras que posso relembrar aqui que efetivamente o executivo de Paulo Cafôfo fez algumas ofertas que algumas pessoas têm conhecimento, e essa nem sequer foi da Frente MarFunchal foi de outra Empresa Municipal, por isso relembro-lhe a si e honra-me nunca ter estado na minha vertente em termos de trabalho a administração da Frente MarFunchal que está muito bem entregue ao Nelson Abreu, mas é necessário que a Câmara Municipal enquanto entidade detentora de 100% do seu capital, faça também o seu trabalho de casa e ponha em andamento a auditoria que foi proposta pelo JPP.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** apontou o seguinte:-----

- Para quando a conclusão da proclamada e prometida grande obra de reabilitação urbana no concelho do Funchal chamada Felisberta, que os funchalenses há 6 anos. -----
- Referindo-se ao Projeto do Matadouro, espera que o mesmo seja executado no tempo real, porque o anterior Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, prometeu há quatro anos atrás que aquele seria uma realidade. -----
- Para quando a execução e implementação do Conselho Municipal do Turismo, proposto pelo CDS-PP, e já aprovado há dois anos naquela Casa.-----
- Depois colocou um desafio de, também, implementarem um Conselho Municipal da Cultura, uma vez que a cidade do Funchal precisa de ter na sua orgânica um Conselho Municipal de Cultura que aprecie, analise e fundamente os orçamentos destinados àquela área, e por também a cultura ser uma grande bandeira da Coligação Confiança.-----
- Aludindo o PDM - Plano Diretor Municipal, perguntou se já foi criado o grupo de trabalho para monitorizar as zonas altas do Funchal, como ficou prometido na altura, no sentido de poderem legalizar as cerca de três mil e quinhentas casas de génese clandestina que ainda existem no concelho do Funchal, pois foi essa a condição do CDS, para aprovar aquele

plano municipal e se as mesmas já estão a ser legalizadas. -----

- Sobre a Polícia Municipal, gostaria de saber se o atual Presidente da Câmara, Miguel Gouveia, mantém a mesma linha de conduta que o anterior Presidente, Paulo Cafôfo, tinha sobre aquela matéria, porque se assim for, adiantou que o CDS votará contra a Polícia Municipal na cidade do Funchal. -----

- Em relação à questão dos prédios devolutos na cidade do Funchal, quis saber o seguinte:

- Se já foi feito algum levantamento sobre os mesmos. -----

- Se vão notificar os proprietários desses prédios. E como é que a Câmara irá proceder em relação aos proprietários que não têm poder económico para reabilitar esses edifícios. ----

- Sobre o Protocolo entre a Secretaria de Estado da Habitação e a Câmara Municipal do Funchal, que foi anunciado na comunicação social em maio do corrente ano, questionou se o mesmo existe e existindo gostaria de conhecer o seu teor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Costa Bastos, do PPD/PSD**, referindo-se ao mau estado de conservação da pavimentação rodoviária das estradas municipais, questionou ao Executivo para quando a sua resolução e se, eventualmente, está a pensar deixar aquelas obras fundamentais para os munícipes da cidade, para antes das eleições autárquicas de 2021. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, lembrou ao Senhor Deputado Municipal Fábio Bastos, que no passado havia cerca de seis milhões de euros por ano em contratos programa para aquelas obras, e que deixaram de existir desde o ano de dois mil e treze. Contudo, também era gerada uma dívida de cerca de seis milhões de euros por ano, por isso uma governação responsável tem as suas consequências e embora exista muito por fazer na cidade, a sua gestão é feita com responsabilidade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Costa Bastos, do PPD/PSD**, refutando



a opinião do Senhor Deputado Duarte Caldeira, disse para aquele Executivo deixar de estar sempre refugiado no passado, e que comece a agir em função daquilo que foram os mandatos e a votação que os funchalenses lhes deram para governar a Câmara, pois é um facto inegável o mau estado de conservação das estradas municipais, como podem comprovar os vários pedidos de indemnização que vão às reuniões da Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, sobre a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, pediu os seguintes esclarecimentos:-----

- Porque é que o Programa do Cartão Eco Funchal, não implementado logo nas escolas do 1º ciclo, uma vez que são aquelas que estão mais próximas do Poder Local, e por ventura até nos Infantários?-----

- Se a dívida de quinhentos mil euros da escola profissional que estava num espaço camarário, será ou não ressarcida ao Funchal.-----

- Referindo-se à Cultura: porque é que o Festival Fado Funchal será diminuído no número de dias? E se no próximo cartaz irão ter um Festival Gastronómico no Funchal. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, disse ao Senhor Deputado Fábio Bastos que quando o passado influencia o presente e o futuro, não o podem esquecer, pois: -----

- No passado foi gerada uma dívida gigantesca, onde desde dois mil e treze têm sido pagos dez milhões de euros/ano de dívida.-----

- No passado haviam contratos programa para determinado tipo de investimentos, no valor de seis milhões de euros/ano, e que desde dois mil e treze simplesmente deixaram de existir, fazendo com que deixasse de existir um aumento de dívida nesse valor.-----

Portanto, se no passado só fizeram o que fizeram com mais ou menos vinte e dois milhões de euros, fizeram muito pouco.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Costa Bastos, do PPD/PSD**, disse que de facto o passado que tem de ser falado e analisado é aquele que trouxe àquela cidade muito investimento, e onde as estradas estavam claramente em melhor estado de conservação do que atualmente. Porém, se os Senhores Deputados Municipais e o Executivo querem continuar sempre na bengala do passado e da dívida, e não fizerem um investimento para melhorar as estradas municipais, serão os funchalenses a tomarem a decisão do futuro daquele Executivo, porque o que querem é ver ação, obra concretizada e aquilo que são as suas preocupações resolvidas.-----

--- **A Senhora Deputada Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC**, lembrou que aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho referiu, não faz parte do passado, porque a ausência de contratos programa é uma questão bem presente e que parece assim continuar. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para esclarecer os intervenientes e tecer algumas considerações: -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Miguel Palma Costa**, sobre o projeto piloto que se chama Eco Cartão, clarificou que naquele cartão ficarão acumulados pontos que depois acabam por se refletir em descontos nos serviços municipais. Também, por ser um projeto piloto, sentiram que numa forma de cooperação e de coordenar alguma falha que pontualmente possa existir, será melhor com crianças ou com jovens com uma idade mais avançada e deu conhecimento quais serão os estabelecimentos de ensino: Escola Bartolomeu Perestrelo, Escola Dr. Horácio Bento Gouveia, Escola de Santo António e Curral das Freiras, Escola dos Louros, Escola Dr. Eduardo Brazão de Castro, Escola Gonçalves Zarco, Escola Dr. Ângelo Augusto da Silva, Escola Francisco Franco e Liceu Jaime Moniz. -----

Informou ainda que todo o trabalho que é feito na parte da Educação Ambiental continuará,

ainda que não dentro aquele modelo de cartão.-----

Sobre a dívida de quinhentos mil euros da Escola Profissional Atlântico disse que também compreenderá os juros que estão a vencer, e que a mesma está, ao abrigo do contrato de concessão que tinha sido feito, a ser discutida num Tribunal Arbitral que foi composto para o efeito. Depois o mesmo decidirá sobre o pedido da Câmara, que é o fim do contrato e o sentido da empresa, que entende que não tem que pagar e que, eventualmente, a Câmara ainda lhes terá de pagar por lucros cessantes. -----

Esclareceu ainda que toda a faturação está emitida e que não corre o risco de prescrição, uma vez que já está a ser discutida no referido Tribunal, sendo também, antes disso, discutida em sede de execução fiscal. -----

Depois a título de informação, disse que a escola, no momento, está a funcionar no Estádio do Marítimo. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Fábio Bastos** disse ser falsa a sua afirmação de os pedidos de indemnização que vão à reunião da Câmara, serem todos eles sobre o estado dos pavimentos, mas que são sim, na sua esmagadora maioria, pedidos de indemnizações na decorrência de uma opção que tomaram, que foi terminar com a utilização de produtos químicos de herbicidas com *glifosato*, substituindo por monda mecânica e que tem projeção de pedras que, infelizmente, tem riscado e partido alguns vidros de alguns carros, e também para poder elucidá-lo, esses pedidos vão à reunião de Câmara porque estão a baixo da franquia, que são quinhentos euros e acima da franquia vão para os seguros. Como também, se fosse pesquisar ao passado iria perceber que era uma prática comum votar indemnizações. -----

Sobre o estado das pavimentações, referiu que a Câmara não faz investimentos para fins eleitoralistas, porque se está prevista uma obra de reabilitação das infraestruturas das redes de água, não vão pavimentar uma estrada para meses depois abri-la toda e voltar a

fazer substituições. Por isso, fazem o que se chama investimento inteligente, que é primeiro fazer as obras que são necessárias no subsolo e depois pavimentar na sua integralidade, tal como já fizeram na Terra Chã, no Caminho de São Roque, no Poço Barral e um pouco por toda a cidade. Foi também adjudicado um contrato, há cerca de duas semanas, para pavimentações integrais no concelho do Funchal no valor de duzentos e noventa e oito mil euros mais IVA, que serão efetuadas até ao final do ano.-----

- Sobre os contrato programa que referiu o **Senhor Deputado Municipal Duarte Caldeira**, disse que gostaria de também poder contar com essa colaboração institucional, solicitando ao Governo Regional ao abrigo dos seus contratos, a pavimentação de estradas, ainda que fosse por meios próprios, pois embora o tenham feito para o troço da Estrada Monumental, entre o Fórum Madeira e Câmara de Lobos, não foi aceite. Por isso, a Câmara só pavimentou até ao Arieiro precisamente porque não têm, no momento, apoio quer logístico quer financeiro do Governo Regional, no entanto estão a fazê-lo de acordo com as suas possibilidades. -----

- Sobre as questões colocadas pelo **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta sobre** respondeu que o **projeto do Matadouro** está concluído e para concurso público. -----  
Em relação à **Felisberta**, no momento, os projetos de especialidade estão a ser trabalhados.-----

Sobre os **Conselhos Municipais**, esclareceu que o Conselho Municipal da Cultura já existe e já reuniu, e que existe um Conselho do Comércio, acrescentou ainda, que têm boas relações com o Presidente da Câmara de Comércio da ACIF, que tem trazido sempre as suas questões que nunca ficaram por serem ouvidas ou por auscultar, tomando, ainda, iniciativas no sentido de melhorar ou de corrigir algumas preocupações como a já referida substituição de iluminação nalgumas ruas. Por isso, julga que, não dispensando

obviamente um eventual Conselho Consultivo, aquele relacionamento tem sido profícuo, resultando assim, um bom relacionamento entre os comerciantes e a Câmara Municipal do Funchal.-----

No que diz respeito à **AUGI – Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas de Génese Ilegal**, como constatou no Relatório de Atividades da Câmara o acompanhamento dos atos urbanísticos está a ser feito, pelo que estão quase cem casas legalizadas. Contudo, na questão das casas de génese ilegal, não há nenhum decreto, nem nenhum instrumento urbanísticos que de repente legalize massivamente as três mil e tal casas, existindo sim regulamentos urbanísticos em sede do PDM mais facilitados para permitir que as casas que já estão construídas possam ser legalizadas, mas que não dispensa, por exemplo, o cumprimento do que está no RGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas, pois mesmo que a casa esteja construída é necessário sempre elaborar o projeto, fazer uma análise e eventualmente se for necessário alguma correção ao edifício, por isso é necessário corrigir e então legalizar dentro do enquadramento jurídico do momento, que já permite a legalização. Como tal, no momento existem cerca de cem proprietários que o podem manifestar e dizer de viva voz e factualmente. -----

Sobre a **Polícia Municipal**, informou que aquele é um Corpo que tem de ser criado dentro da orgânica da Câmara, orgânica essa que é proposta pela Câmara Municipal e aprovada na Assembleia Municipal, e que por Coligação Confiança levar a eleições, saindo vencedora na Câmara Municipal, a criação de um Corpo de Polícia Municipal, é o que irão propor, porque o programa eleitoral é um vínculo que criaram com aqueles que os elegeram, e que vão cumprir trazer ali àquela Assembleia Municipal, depois se não quiserem aprovar, aduzirão os seus motivos. -----

Em relação aos **prédios devolutos**, esclareceu que são os próprios privados que devem, mediante o novo pacote de incentivos que a Câmara fez, promover a sua reabilitação. ----

Sobre a **habitação**, disse que as Câmaras aprovam as Estratégias Locais de Habitação, depois são submetidas ao HIRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e à Secretaria de Estado de Habitação que valida aquilo que lá está e atribui um montante financeiro, findo o qual é assinado um protocolo, que no momento se encontra do lado da Secretaria de Estado para dar sequência. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes** clarificou que a consolidação da **escarpa do Lazareto**, faz parte da candidatura para o próximo quadro de financiamento no âmbito do POSEUR. -----

Sobre as **simulações e os simulacros**, têm sido feitos juntamente com os Bombeiros Municipais em coordenação, também, com o Serviço Regional de Proteção Civil.-----

Em relação ao Museu da Música e do Instrumento, disse que tem no momento dois espaços da Câmara Municipal onde estão a ser desenvolvidos projetos, um deles com a possibilidade de instalar esse Museu ali proposto. -----

Disse que apreciou ouvir as suas palavras que a Frente MarFunchal está bem entregue ao seu Administrador Nelson Abreu, e que corrobora integralmente. -----

Sobre o Fado Funchal, passou de três para cinco dias, havendo um alargamento e não uma redução e que também existirá a exibição de um filme, o que acaba por ser um Festival do Fado com uma multidisciplinaridade. -----

Concluiu dizendo que **as questões ambientais e de educação** ambiental continuam a ser efetuadas e que estão no Projeto Educativo de 2019/2020, depois propôs entregar um exemplar desse programa aos Deputados Municipais, para ficarem a saber todas as atividades que fazem com as escolas no Projeto Eco Escolas, onde tem sido feito um trabalho constante e permanente. Acrescentou ainda que o Eco Cartão não irá de forma alguma retirar aquilo que já está a ser feito, mas sim complementar. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra ao **Senhor**



**Presidente da Câmara para apresentar o Ponto Dois - Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para a contratação de empréstimo de análise de médio/longo prazo para aplicação em obras de habitação social e participação do Município em obras cofinanciadas, de acordo com o estipulado na al. f) do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09,** “O primeiro empréstimo é a uma taxa fixa de 7,5 milhões de euros, na qual foram convidadas todas as instituições que têm sede ou agências na cidade do Funchal. Tendo recebido três propostas válidas, foi adjudicado à Caixa Geral de Depósitos com uma taxa de juros fixa referenciada à data da abertura de propostas, de 0,956%, o que é uma taxa ainda mais baixa do que o último empréstimo que fizemos e que também demonstra que o mercado está neste momento favorável, por um lado à contração de empréstimos, por outro lado demonstra a credibilidade que a Câmara Municipal do Funchal tem vindo a conquistar junto dos seus parceiros comerciais, e também das entidades financeiras que nos permitem fazer empréstimos ao investimento com taxas de juro bastante favoráveis.” -----

**- INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Costa Bastos, do PPD/PSD,** proferiu o seguinte: “O Grupo Municipal do PSD vem afirmar que o chumbo do Tribunal de Contas ao empréstimo de 7,5 milhões que esta autarquia contava fazer é demonstrativo da incompetência da governação socialista na Câmara Municipal do Funchal. -----  
É importante igualmente lembrar que em meados de 2016, esta mesma Câmara, esta vereação socialista, contratou um financiamento de 10 milhões de euros para executar algumas dessas obras. Esse contrato de financiamento tinha uma condição: essa verba poderia ser utilizada no prazo máximo de dois anos, e uma vez mais pela falta de competência do executivo, pois permitiu-se e deu-se ao luxo de chegar a meados de 2018 sem que a CMF realizasse metade das obras, deixando de poder utilizar cerca de 50%

desse montante.-----

Em fevereiro deste ano a Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas tinha recusado o visto para a contratação de um empréstimo nestes moldes, tendo em vista a construção de habitação social.-----

Segundo o acórdão do TC, a Câmara do Funchal não tinha salvaguardado o cabimento orçamental da parte que lhe cabia do financiamento das obras, o que foi considerado uma violação direta das normas financeiras, entre outras 4/5 questões levantadas por este órgão no que toca à escolha da entidade vencedora, ao produto financeiro apresentado e que ganhou violando assim o procedimento, o plano financeiro apresentado pela entidade ganhadora que prevê um pagamento juros inicial logo no 1º semestre, e o próprio critério utilizado para a atribuição do vencedor que foi igualmente colocado em causa.-----

Esta decisão foi corroborada pelo TC de Lisboa que deu razão à decisão inicial, confirmando o CHUMBO já dado em fevereiro pelo órgão regional.-----

o Tribunal de Contas acabou por chumbar a trapalhada do executivo camarário, sendo que alertamos que em causa estão obras fundamentais para a cidade como projetos de habitação social, a requalificação da Quinta Falcão, a consolidação de escarpas, e a 1ª fase da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Funchal, contudo o anterior chumbo do tribunal de contas e a notória falta de competência deste executivo, e em particular do seu Presidente só nos leva a uma possibilidade.-----

Este é um assunto de extrema gravidade que comprova a incompetência do trabalho levado a cabo pelo Presidente desta autarquia.-----

É inequívoco que quem construiu milhares de fogos de habitação social no Município do Funchal foram as anteriores vereações do PSD, sendo lamentável que, mais uma vez, as expectativas das famílias da cidade sejam defraudadas pelo atual executivo. “Falamos de crianças, de pessoas com alguma idade que ansiavam a requalificação das suas



habitações.-----

Mais uma vez está comprovado que este executivo promete muito, mas pouco faz. É inaceitável que o Presidente da Câmara do Funchal tenha tentado branquear esta situação, imputando as culpas ao Tribunal de Contas, cuja isenção e idoneidade é mais do que reconhecida e não pode ser colocada em causa.-----

Aqui chegados, não podemos esquecer o que pede a Câmara a esta Assembleia:-----

- Que aprove um empréstimo que o TC chumbou não uma, mas duas vezes.-----

E para isso, Senhor Presidente, o PSD não está disponível!”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, antes de aprovar o documento ali apresentado, gostaria de saber com quantos milhões de euros a Secretaria de Estado da Habitação irá beneficiar a Câmara Municipal do Funchal aquando da entrega da Estratégia Local de Habitação, porque sem essa informação não tem condições para o aprovar.-----

Também quer saber se do ponto de vista técnico a autorização da Assembleia Municipal, daquele financiamento, cumpre ou não com rigor as causas que o Tribunal de Contas observou no relatório preliminar, porque nomeadamente, o ponto treze desse relatório, da página dezassete, é *ipsis verbis*, do que fundamentou o chumbo dos sete milhões e meio de euros anteriormente solicitados.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC**, proferiu o seguinte:

“É importante que nesta Assembleia os Senhores Deputados queiram verdadeiramente ver as questões e as recomendações do Tribunal de Contas. E foi essencialmente baseado na taxa que o mesmo recomendava, que não concordava com as formas sugeridas por algumas instituições bancárias, ao que a Câmara Municipal do Funchal retificou e solicitou uma taxa para uma determinada data, como está bem presente no relatório, que é a de 9 de agosto. Houve essa retificação e deu-se continuidade ao processo de empréstimo, onde

há uma boa resposta por parte das instituições bancárias com juros baixos. -----

Realço que este empréstimo é essencial para obras na habitação social, bem como, para outras obras cofinanciadas e que cabe uma participação ao Município, são exemplo, a consolidação estrutural das encostas sobranceiras, construção de ETAR's, substituição de redes de distribuição de águas e controle e monitorização de fugas nas redes de água. Portanto, estamos a falar de obras para promover o bem-estar e segurança de todos os cidadãos que residem no concelho do Funchal. Logo, seremos responsáveis por não dar continuidade a este empréstimo, seremos responsáveis se não promovermos a segurança e a qualidade de vida de quem reside no concelho do Funchal. -----

Relembro que que este empréstimo corresponde simplesmente a 36% do valor que é necessário de participação e são taxas de juros bastante baixas, assim, esta possibilidade de empréstimo também irá permitir o pagamento atempado a fornecedores, criar um investimento sustentado e não adiando o pagamento a fornecedores como era feito outrora. E é preciso não sobrecarregar os fornecedores e permitir que eles também consigam fazer face à sua tesouraria. -----

O facto de termos este empréstimo e a sua possibilidade, só demonstra a confiança dos financiadores e a credibilidade da Câmara Municipal do Funchal perante os investidores de projetos solicitados e sugeridos pelo Executivo Municipal do Funchal. -----

Por isso, eu acho que este é um empréstimo essencial para a cidade do Funchal."-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Costa Bastos, do PPD/PSD, pediu à Senhora Deputada Municipal Marta Freitas que lhe esclarecesse:** -----

- Se têm ou não de ser rigorosos no seu trabalho.-----

- Se têm ou não temos de primar pelo trabalho bem executado e com competência. -----

Depois observou que a mesma teve em atenção as condições apresentadas da taxa fixa,

mencionada no ponto 4.4 do documento apresentado, que é a mesma o Tribunal de Contas entendeu estar alocada a um *spread*, e que o mesmo já expressou claramente que a taxa é fixa e sem *spread*.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, mostrou-se pasma com a iniciativa por parte do Executivo em pretender contrair um empréstimo de sete virgula cinco milhões de euros para apostar na habitação social, porque embora seja inequívoca que aquela é uma necessidade de investimento por parte da Câmara Municipal do Funchal, não sabe se é necessário recorrerem a um empréstimo. --- Pois, dirigindo-se ao Senhor Presidente desta Casa, perguntou se não teria sido melhor a Câmara Municipal do Funchal ter poupado os últimos milhões que gastou nos últimos meses, na vã tentativa de fazer com que o Partido Socialista ganhasse as eleições regionais, e tivesse utilizado esse dinheiro naquilo que é essencial para a nossa população, nomeadamente aqueles que precisam de habitação social, e para aquelas que são as verdadeiras competências da Câmara Municipal do Funchal, que é ser mais criterioso na gestão das contas públicas, definir prioridades naquilo que é importante e não andar em regabofe, em festas, na política do pão e do circo para tentar ganhar eleições. ----- Por isso, o PTP não pode compactuar com aquele endividamento que é desnecessário por parte da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, quis reforçar o pedido dos Deputados Municipais anteriores, que é a garantia de que não vão ter uma situação semelhante ao empréstimo anterior, pois embora esteja de acordo com a taxa de juros fixa com *spread*, é necessário levar em conta que o mesmo não vá novamente colidir com um parecer negativo do Tribunal de Contas.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que fez a seguinte explanação: “Uma vez que a maior parte das questões que aqui

são colocadas referem-se sobre as dúvidas eventuais que possam continuar a persistir do empréstimo original para este, posso-vos deixar tranquilos que tudo aquilo que foi apontado pelo Tribunal de Contas como situações a corrigir, está neste empréstimo salvaguardado e resolvido. Nós aqui já votamos empréstimos que foram aprovados pelo Tribunal de Contas nestes mesmos termos, por exemplo, o empréstimo de financiamento do PAEL de 19 milhões de euros. Atualmente foi o empréstimo de taxa fixa, que tinha sido assinado pelo anterior Presidente Miguel Albuquerque e pelo seu Vice-presidente Pedro Calado, na altura, para financiar a Câmara para pagar a fornecedores, o empréstimo de 29 milhões de euros, e era um empréstimo a taxa fixa a 17 anos. Nós fizemos o refinanciamento desse empréstimo nos mesmos termos, taxa fixa, no período que faltava e o Tribunal de Contas validou-o. Os nossos Técnicos, no empréstimo que não foi visado, fizeram a mesma praxis a nível de convite, a nível de análise de proposta, a nível de cabimentação que tinham feito em outros dois empréstimos que já tinham sido visados pelo Tribunal de Contas, desta vez o entendimento foi diferente, ainda que eu, não poderia também agir de outra forma, continuo a acreditar que os nossos Técnicos fizeram tudo aquilo que estava dentro da legalidade, por isso pedimos o recurso, porque outras Câmaras também tiveram propostas iguais a estas, da mesma entidade financeira, a Caixa Geral de Depósitos, e foram visados pelo Tribunal de Contas, nós recorremos e ainda assim o Tribunal mantém a sua visão e interpretação de que devem de ser corrigidos estes três parâmetros. Foram neste empréstimo foram corrigidos esses parâmetros. O empréstimo não é o que o Tribunal de Contas diz, não é que não deve de ser contraído empréstimo a taxa fixa, nós já o contraímos, Santa Cruz já o contraiu, o que o Tribunal de Contas diz, é que deve de existir um critério na adjudicação que seja único, e o último empréstimo tinha um critério que era, entregam-nos a variável de construção da taxa fixa, a equação da taxa fixa e os nossos Técnicos, o Júri, iria decidir e analisar para uma data, qual é que seria a taxa fixa de cada

uma das entidades independentemente da metodologia de construção. Pode-se construir um empréstimo de taxa fixa indexado aos títulos da dívida portuguesa, ao empréstimo do BCE, a taxas *swap* do mercado internacional, é o banco que é livre de fazer isso e o Tribunal diz que é necessário estabelecer uma data para a qual a adjudicação e a comparação de propostas seja igual, e no primeiro empréstimo nós escolhemos a data da entrega de abertura de propostas, agora neste empréstimo nós já dissemos às entidades bancárias que queremos uma taxa fixa para a data aqui referida, 9 de outubro, logo não há qualquer subjetividade na análise das propostas, porque estão todas a trabalhar com o mesmo referencial, 9 de outubro, resolvendo a tal interpretação do Tribunal de Contas, estes são os detalhes técnicos e tenho as garantias do nosso Júri, do nosso corpo Técnico desta Casa, que estão todas as situações salvaguardadas. Eu compreendo que V. Exas pretendam voltar a utilizar os investimentos da Câmara do Funchal como arma de arremesso político, a realidade, é que no último empréstimo vocês votaram favoravelmente, porque o Júri propôs uma determinada adjudicação, foi à Câmara, esta corroborou e nós aqui também a aprovamos. Não há motivo nenhum para agora não continuarmos a acreditar no Júri, quando refere que a incompetência é do Presidente e do Executivo, nessa perspectiva está você a se autodeclarar incompetente, porque também votou favoravelmente e nós temos que fazer fé nos Técnicos desta Casa, e mais, se nós não respondêssemos estaríamos a colocar em causa o trabalho dos Técnicos desta Casa e eu, não vou deixar nenhum trabalhador da Câmara Municipal do Funchal ser atropelado por conveniências políticas, seja de que Partido for, portanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, é que este empréstimo cumpre com todas as premissas que foram apontadas pelo Tribunal de Contas, que fique em ata que a informação que temos é que cumpre. -----

Outra questão que levantou sobre quanto é que veio da Secretaria de Estado, não veio

nada. Eu referi ainda há pouco que nós aprovamos aqui a Estratégia Local de Habitação, essa Estratégia é submetida para a Secretaria de Estado que a aprova e com base nessa aprovação, é feito um protocolo que prevê 15 milhões de euros de alocação pedidos por nós, mas não veio nenhum cêntimo. Os investimentos que estamos aqui a financiar, são investimentos que não foram na Estratégia Local de Habitação, o complexo habitacional que está a ser financiado por este empréstimo não está incluído na Estratégia Local de Habitação, este complexo está incluído no Programa Amianto Zero, daí ser fundamental aprovarmos este empréstimo para podermos concluir as obras a que nos comprometemos. Podemos estar aqui com dialética política de que eventualmente pode padecer de alguns vícios, mas a realidade é que nós temos todas as garantias do Júri deste concurso que o empréstimo cumpre com todos os reparos que o Tribunal de Contas apontou. Acho que não posso estar a fundamentar tecnicamente mais do que isto, temos a garantia dos nossos técnicos, temos as entidades financeiras que nos querem emprestar, têm todas propostas daquilo que foi o concurso que foi lançado cumprindo todos os requisitos, com taxas fixas de excelência em termos de mercado, por isso estão reunidas todas as condições, todo o resto será dialética política que quem sairá prejudicar será os funchalenses que estão a aguardar por estas obras.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** colocou as seguintes questões: -----

- Se vão ser transferidos os quinze milhões de euros por via da Estratégia Local de Habitação.-----

- Não duvidando e elogiando os Técnicos da Câmara e a capacidade técnica dos serviços camarários do Departamento Financeiro da Câmara Municipal do Funchal, para os Deputados Municipais do CDS-PP, poderem ter o sentido de voto, pretende que lhe seja

esclarecida a dúvida que recai sobre o parágrafo do Departamento de Gestão Financeira da Câmara Municipal do Funchal em que o *spread* não poderá ser superior a 1,5%, porque se a taxa é fixa, não é necessário constar que o *spread* não poderá exceder essa percentagem.-----

--- **O Senhor Deputado Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, disse o seguinte: “A questão e alguma dúvida que se levanta aqui e até em função da grelha de ordenação, é que os parâmetros que a Caixa Geral de Depósitos, a CMG e o BST apresentam no que concerne à taxa fixa é que um apresenta o swap a 20 anos e o outro já apresenta o swap a 11 anos, aqui há variáveis e aquilo que acrescentam é que não será esse valor há data de 9 de agosto, mas há data 3 dias após o visto do Tribunal Constitucional, o que vem a alterar as regras de jogo que não são as mesmas para todos os que apresentaram propostas, é isso que eu acho alguma estranheza, porque não é isso que está no próprio caderno de encargos da Câmara Municipal que nem sequer refere a data de 9 de agosto, nem data nenhuma.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondendo às questões do **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**:-----

- **Sobre o acordo da Estratégia Local de Habitação com a Secretaria de Estado**, disse que a proposta da Estratégia Local de Habitação, que ali foi aprovada, prevê o investimento de quinze milhões de euros e que a candidataram ao IHRU e à Secretaria de Estado de Habitação para obterem o financiamento desse valor. A análise ditará o financiamento na totalidade ou noutra percentagem, por isso não pode haver um valor estabelecido a dizer o que irá ser financiado, e só depois da aprovação e da assinatura do protocolo, é que serão inscritos no orçamento os montantes que forem aprovados. -----

- **Sobre o empréstimo** e aquilo que ali foi referido, independentemente da fórmula como cada banco fixa a sua taxa, porque cada banco é livre de utilizar o indexante que quiser, a

Câmara o que tem de dizer é que quer saber àquela data qual é a proposta de taxa fixa, sendo que o critério de adjudicação definido é da mais baixa taxa de juro fixa e essa fixação de taxa compreende uma parte variável e uma parte de *spread*. Por isso, aquilo que os Técnicos na Câmara fizeram, foi analisar a taxa fixa mais baixa apurada a 9 de agosto, cumprindo com a questão que o Tribunal de Contas levantou. -----

**Ao Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes**, disse que é um facto, já não ser 0,956, eventualmente com indexantes diferentes ou se se tiver o visto do Tribunal de Contas em dezembro, no entanto, foi aquele o critério de adjudicação e que já foi feito não só na Câmara do Funchal, como na Câmara de Santa Cruz e em todas as Câmaras que substituíram o PAEL, porque aquele é um empréstimo na taxa fixa. -----

Terminou, alertando para que todos tenham a consciência que se chumbarem aquele empréstimo, significará que terão implicações diretas na gestão e no investimento da cidade. -----

--- **O Senhor Deputado Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, diz que o que faz as suas dúvidas persistirem é a existência de dois prazos, o que irá fazer com que as taxas variem de um momento para o outro, por isso, no seu entendimento, as respostas deveriam ter exatamente a mesma métrica. -----

**- INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, interveio dizendo: “Eu julgo que se impõe um ponto de ordem na discussão, porque depois de ouvirmos o Senhor Presidente da Câmara, eu chego à conclusão que tudo o que não lhe convém é uma arma de arremesso político. A Frente MarFunchal é uma arma de arremesso político, os chumbos do Tribunal de Contas é uma arma de arremesso político, tudo é uma arma de arremesso político. Mas, eu relembro-lhe, Senhor Presidente, que o procedimento que antecede estes que coloca à consideração da Assembleia, foram chumbados duas

vezes pelo Tribunal de Contas e mesmo assim, como aliás referiu na sua intervenção, esta Assembleia votou favoravelmente esses procedimentos, porque demos o voto de confiança, porque demos o benefício da dúvida a esta Câmara, por isso não me diga que nós somos uma maioria negativa. Somos é responsáveis e atuamos de acordo com essa responsabilidade política, agora também lhe vou dizer, Senhor Presidente, que é uma coisa que já é useira e vezeira no seu discurso, de que se me permite opinião, lhe fica muito mal, não use os seus funcionários para desculpar a sua irresponsabilidade, não use os funcionários desta câmara para escamotear a sua responsabilidade, porque tudo o que corre mal nesta Câmara não é responsabilidade dos funcionários, é sua e da sua vereação e é isso que lhe ficava bem assumir. Mas, digo-lhe mais, Senhor Presidente, se há alguém que tem responsabilidade nos chumbos do Tribunal de Contas, na desconfiança que se está a gerar nesta Assembleia acerca deste procedimento, volto a lhe dizer, não são os seus funcionários, eles não têm responsabilidade nisso, eles não são chamados para este debate político e é V. Exa que, repetidamente, faz questão de trazê-los para o debate político, portanto tenha respeito pelos seus funcionários, assuma as suas responsabilidades. -----

Senhor Presidente, já vi que o Senhor quer aprovar este empréstimo, mas vai fazê-lo com o Partido Socialista, porque com o PSD não conta para este tipo de manobras, e este empréstimo merecia um voto contra, mas quem não merece o voto contra são as pessoas do Funchal, são as pessoas que precisam destas obras e é por essas pessoas e pela responsabilidade que não só do PSD, mas de toda esta oposição que V. Exa não terá este empréstimo chumbado, mas vai carregar às costas o chumbo que ele eventualmente poderá ter.”-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP, ainda**

sobre o visto negativo do Tribunal de Contas ao empréstimo anterior, observou na página vinte e dois que a causa do mesmo foi: *toda esta situação condescendente do júri, quer no primeiro momento de interpretação como proposta alternativa, quer no momento da aceitação de um complemento da proposta inicial já após o conhecimento dos concorrentes das propostas por cada um apresentadas, consubstanciou uma flagrante ofensa dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.* Face àquela observação questionou o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que, na sua perspetiva técnica, face aos preços diferenciados e à variação da taxa, uma a dez e outra a 20, julga que existe falta de transparência e, principalmente, de igualdade.-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** referiu o seguinte: “No processo encontrarão um documento de 25 de julho de 2019, onde foi agendada à reunião de Câmara a autorização de abertura para o procedimento, que foi endereçado a todas as entidades bancárias convidadas. Neste documento, que foi aprovado por unanimidade, e unanimidade significa que todos os Vereadores votaram a favor, estão as dúvidas que os mesmos votaram a favor e que vou ler: *Taxa de juro - Taxa de juro fixa, até ao valor máximo de 3,00% incluindo spread. O spread não poderá ser superior a 1,50%. A taxa de juro fixa incluindo o spread, não poderá exceder os 3,00% no momento do desembolso do capital. A taxa de juro fica apurada na data do desembolso de capital, manter-se-á inalterada durante 20 anos.* -----

Critério de adjudicação, eu já referi aqui que a Câmara não se pode intrometer na forma de construção de fixação da taxa que as entidades de crédito nos apontam. Se uma pretende utilizar um *swap* a 20 anos, se outra pretende utilizar um *swap* a 11 ou 10 anos, a Câmara não pode impor uma metodologia de construção à entidade financeira, por isso mesmo aquilo que está como critério de adjudicação, vou ler: *A taxa de juro fixa mais baixa observada no dia 9 de agosto de 2019. Deve de ser indicada a composição da taxa fixa, especificando-se o valor da taxa base apurada no dia 9 de agosto de 2019 e a componente*

do spread a cobrar pela instituição financeira. Não é aceite a cobrança de quaisquer comissões, taxas e outros custos bancários. -----

Se formos a olhar o relatório do júri novamente, fazem uma ordenação final no dia 9 de agosto, a Caixa Geral de Depósitos 0,956%, a Caixa Económica Montepio Geral 1,050%, o Santander Totta 1,770%, todas as entidades apresentaram taxa fixa no dia 9 de agosto de 2019, sendo a Caixa Geral de Depósitos a que apresentou a taxa mais baixa. -----

A Câmara não está a adjudicar sobre a forma, pois a forma como é construída a proposta e a forma como chega aos preços unitários é da responsabilidade do proponente. -----

Para terminar é bom que se saiba, porque houve uma acusação grave que eu não posso deixar passar em claro, de que eu me escudo nos funcionários, antes pelo contrário, eu estou a me colocar à frente dos funcionários, porque quem tem eventuais responsabilidades financeiras são os Técnicos e se eu não fizer o meu papel de defendê-los não estou aqui a fazer nada, por isso é que nós, face à decisão inicial do Tribunal de Contas de chumbar o primeiro empréstimo, recorreremos porque acreditamos que os nossos Técnicos tinham razão, não é benevolência, chama-se liderança.”-----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **O Senhor Vereador Jorge Miguel do Vale Fernandes, do PPD/PSD,** pediu a defesa da honra porque: “Não posso assistir, mais uma vez, a uma falta de palavra do Senhor Presidente da Câmara, aliás é a segunda vez que peço a defesa da honra em Assembleia Municipal, ambas as vezes, infelizmente, por falta à verdade do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente sabe bem as discussões que nós tivemos em reuniões de Vereação relativamente a todos os financiamentos, sem exceção, discutimos a proposta inicial que dissemos não estar correta e que por isso iria ser chumbada e foi chumbada uma vez, veio à reunião de Câmara novamente, voltamos a discutir e avisamos sobre os pontos que não nos pareceriam bem e foram chumbados segunda vez. Dia 25, como bem referiu,

voltamos a discutir o tema, nós avisamos sempre que estas propostas carecem de precisão, que não estavam corretas e que não nos pareciam bem, inclusive em vários pontos aqui discutidos quer pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta quer pelo senhor Deputado João Paulo Marques. -----

Portanto, Senhor Presidente eu pedia-lhe por favor que seja honesto e não falte à verdade aqui perante os Deputados Municipais. -----

Também queria dizer que nessa mesma reunião o senhor Presidente da Câmara já utilizou o expediente dos funcionários desta Autarquia e, nessa mesma reunião, acusou-nos a todos nós Vereadores da oposição, de estarmos sempre a atacar e a denegrir o trabalho dos colaboradores do Departamento Financeiro, em particular, e eu disse na altura, e assumo isso, que ninguém é incompetente naquele departamento, a responsabilidade última e a incompetência latente pelos procedimentos é sua. Você é o máximo responsável pelo que se passa, não só naquele departamento, como na Autarquia, pode dizer o que bem entender, mas vou só lhe lembrar os factos, o Tribunal de Contas chumbou não uma, mas duas vezes o mesmo procedimento de seguida, e isto não é algo banal nem que ocorra todos os dias. Mais: estes investimentos que o Senhor Presidente acabou de dizer que eram tão urgentes, estão à espera de serem executados desde 2013.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** também defendeu a honra dizendo: “Fui aqui chamado de mentiroso e incompetente, aquilo que eu referi eu não menti, eu disse que foi aprovado por unanimidade o que significa que foi aprovado por todos os Vereadores que aqui estão, não teci outras considerações sobre essa matéria, como tal consegue-se perceber claramente a desonestidade intelectual de algumas pessoas. No entanto, foi aprovado por unanimidade. Quanto à incompetência, obviamente, não poderei de alguma forma corporizar esse adjetivo, em primeiro lugar porque é necessário que esteja implícita alguma verdade, mas, no entanto, Senhor Vereador, aquilo que já teve oportunidade de me

mimosear com adjetivos para o qual basta seguir as atas da Assembleia Municipal, eu acho que revela bem a sua forma de estar na politica e ficam mais consigo do que comigo, até porque estou bem seguro que aquilo que estamos aqui a fazer vai ao encontro do bem comum, servindo o melhor interesse do bem dos funchalenses e salvaguardando, também, aqueles que não podem ser instrumentos ou ser atropelados por alguma eventual pretensão de um partido politico, seja ele qual for, que são os nossos trabalhadores, sabendo que estarei sempre à frente deles e protegendo algum atentado que possa vir a existir.” -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Dois - Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para a contratação de empréstimo de análise de médio/longo prazo para aplicação em obras de habitação social e participação do Município em obras cofinanciadas, de acordo com o estipulado na al. f) do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09**, à votação sendo o mesmo **aprovado por maioria** com dezassete votos a favor do GMC, um voto contra do Deputado Independente e dezoito abstenções sendo catorze do PPD/PSD, três do CDS-PP e uma do JPP. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: António José Gouveia Gomes e Nicodemo Balona Gouveia Câmara, do GMC, Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, José Jorge Amado Camacho e Luís Miguel Moura de Sousa, do PPD/PSD, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP. -----

--- Sendo treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para o intervalo do almoço. -----

--- Às catorze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, dando a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto**

**Três - Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para contratação de empréstimo de análise de médio/longo prazo para aplicação em obras, e comparticipação do Município em obras cofinanciadas, de acordo com o estipulado na al. f) do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09, que informou:**

“Estamos agora perante o relatório final de um novo financiamento à Câmara Municipal do Funchal de 7,1 milhões de euros, onde também foram convidadas todas as entidades que têm representação e agências na cidade do Funchal.-----

Este crédito ao financiamento serve para financiar este conjunto de obras, sejam infraestruturas viárias, sejam recuperação e reabilitação de património edificado da Câmara Municipal do Funchal, como podem constatar no anexo 1, onde também se inclui a pavimentação de vários arruamentos municipais. -----

A análise de propostas indicou o *spread* mais baixo, que neste caso é um empréstimo a taxa variável. O Crédito Agrícola apresentou um *spread* de 0,23 que é absolutamente fantástico, o que também demonstra que o Município tem credibilidade e as entidades procuram ser parceiras comerciais do Município.” -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** perguntou o que é que norteou a decisão da Câmara para um empréstimo a vinte anos e uma taxa de juro variável.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu: “Não é novo, nós já fizemos um empréstimo a taxa variável de, na altura, 10 milhões de euros, para investimento, que foi ganho pelo Banco Santander, e nessa altura correu tudo bem, não houve quaisquer diferenças de interpretação e optamos por voltar a este tipo de taxa, também seguindo a proposta dos serviços. Também é um facto que face à volatilidade durante o período de maturidade do empréstimo de 20 anos, pode a taxa de

juro ficar mais alta ou mais baixa, mas isso depende da indexante, sabendo que no passado houve instrumentos de cobertura de risco que foram firmados nesta Casa, e que mereceram reparos fortes e veementes contra a sua utilização, precisamente daí a ideia de se fazer um contrato de crédito com taxa fixa logo à partida, porque garante-nos uma segurança na maturidade do contrato, ainda que exista a tal situação entre o período de adjudicação e o visto do Tribunal de Contas, e haja a possibilidade de o mercado oscilar, mas fixa à data do visto, neste caso a indexante é a Euribor e o *spread* é 0,23 e só temos de nos congratular com o *spread* a este valor.”-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para contratação de empréstimo de análise de médio/longo prazo para aplicação em obras, e comparticipação do Município em obras cofinanciadas, de acordo com o estipulado na al. f) do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com dezoito votos a favor do GMC, um voto contra do Deputado Municipal Independente e dezoito abstenções sendo quinze do PPD/PSD, duas do CDS-PP e uma do JPP. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Nicodemo Balona Gouveia Câmara, do GMC, Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo e José Jorge Andrade Camacho, do PPD/PSD, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEDV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP.-----

--- Depois, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins** para apresentar o **Ponto Quatro - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona da Corujeira e Tornos - Monte, de acordo com o disposto na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que explanou o seguinte: “Eu gostaria de fazer um breve enquadramento apenas para referir quão importante tem sido estes assuntos do

ordenamento do território para este e o anterior Executivo, nos últimos 6 anos parece-me que houve uma enorme análise de diagnóstico junto com as forças vivas da cidade poderemos pensar a cidade e esse esforço grande, começou a ser mais palpável nos últimos 2 anos com a aprovação de maiores instrumentos de gestão do território, no caso o PDM - Plano Diretor Municipal e também o nosso Plano de Mobilidade. Dizer também que estes Planos foram feitos em simultâneo, o que significa, também, que nos últimos anos houve um enorme esforço da nossa parte para que o trabalho produzido pudesse ser um trabalho colaborativo e complementar entre Departamentos e Divisões. Houve também uma enorme atenção às questões do património com classificações das muralhas históricas do Oudinot, mas também de pontes e inventariação de património. -----

Voltando às ARU's, dizer, também, que nada disto é por acaso, uma vez que elas já estavam previstas no nosso Plano Diretor Municipal que foi aprovado há cerca de um ano e meio, o que significa que o planeamento que está a desenvolver na cidade do Funchal e depois a sua execução nesse conjunto de ações, como ainda há pouco o Deputado Gonçalo Pimenta falava de monitorização do PDM, estas ações estão lá todas inscritas e como vê, estamos a cumprir integralmente com aquilo que propusemos no PDM, que não é apenas o estabelecimento de regras e parâmetros urbanísticos, era, também em si próprio, um programa de execução. E é por isso mesmo que temos 7 ARU's previstas, uma já está e é a maior no Centro Histórico, e hoje trazemos a esta Casa duas ARU's, as quais vimos pedir a sua aprovação.-----

Dizer também que estas duas ARU's que aqui se trazem, e no caso estamos a falar de Corujeira / Tornos, foram feitas após uma reorganização do Departamento do Ordenamento do Território, que permitiu criar algumas Divisões novas. Uma dessas Divisões é precisamente a Divisão da Reabilitação Urbana, e foi sobre a sua coordenação que esta ARU foi feita, portanto um agradecimento à Arqta. Alexandra e também a todo o



Departamento do Ordenamento do Território, a Arqta. Cristina e às restantes Divisões. ----  
Dizer, também, que a experiência das ARU's tem sido muito positivo, não apenas no Funchal, mas aqui especificamente. Dizer que atualmente e em função dos muitos benefícios que as ARU's permitem ter uma vez aprovadas, nós somos a terceira cidade do País com mais projetos aprovados no âmbito do HIFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, pois estamos a conseguir dar respostas em menos de 22 dias, e estamos muitíssimo bem cotados no que é a avaliação deste importante instrumento financeiro.-----

Portanto, assim de repente estamos a falar de reabilitação urbana, de planeamento e também estamos a falar de execução e de regeneração urbana quando falamos por exemplo, da Fernão de Ornelas, porque está inscrita no Plano de Mobilidade, mas também no PDM, ou no Bom Jesus ou na Imperatriz D. Amélia. No fundo, estamos a falar de uma política integrada que permitiu nos últimos anos colocar em pano de fundo e central para o nosso planeamento e para o desenvolvimento da cidade do Funchal, as questões do ordenamento do território. Eu não me canso de dizer isto e de fazer uma pequena retrospectiva, porque considero que está aqui muito trabalho apresentado desse ponto de vista, e eu penso que não será muito difícil todos nesta Casa o poderem reconhecer. Voltando às nossas ARU's, trazemos hoje aqui estas duas, queremos fazer mais quatro e elas estão todas previstas no PDM, penso que já se falou muitas vezes no que são os benefícios destas ARU's, e isto segue-se depois um programa de execução, mas no imediato e com a aprovação destas duas ARU's os agregados familiares que estiverem inseridos nesta área delimitada, têm imediatamente um conjunto de apoios, de isenções e de benefícios fiscais, sejam elas ao nível do IVA, do IMT, do IMI e outro tipo de reduções de taxas, por isso é que nós temos sentido a importância que é poder criar áreas de reabilitação urbana onde valha a pena, porque tem possibilitado as pessoas criarem

melhores condições para a reabilitação das suas casas. -----

Finalmente dizer que nesta primeira ARU, na Corujeira e nos Tornos, ela abrange cerca de 53.8 hectares e cerca de 625 famílias clássicas, portanto 601 núcleos familiares, num total de 1995 habitantes.”-----

- **INSCRIÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD,** interveio dizendo: “É com satisfação que o PSD vê vir à Assembleia Municipal os projetos de ARU’s, isto porque sempre defendeu que são instrumentos fundamentais para a dinamização da nossa economia, e traz valências tanto ao edificado como em relação à preservação e ao impulso dos privados que muito investem e que têm intenção de investir no Funchal. Contudo, é de frisar que nesse aspeto o PSD sempre foi muito mais ambicioso do que esta Vereação. Ainda há bem pouco tempo fez uma proposta em reunião de Câmara para que, grosso modo, fossem abrangidos muitos mais arruamentos. -----

Em relação à reabilitação urbana, já percebemos que é uma das áreas mais incómodas e em que este Executivo é menos capaz. Isto, porque temos exemplos práticos durante anos na cidade do Funchal, já falamos aqui da Felisberta e da Estação do Comboio no Monte e se não forem os privados, vamos chegar ao fim do segundo mandato e ainda vamos ter a tela na Felisberta, o Monte no estado em que está e estas ARU’s ainda a começar. Portanto, a mesma não foi sequer considerada em reunião de Câmara, e deixem-nos que vos diga que sei porque o foi. Foi porque foi apresentado pelo PSD, ou seja, numa questão tão importante para o Funchal como esta, este Executivo insiste em politizar esta questão em detrimento dos cidadãos, isto porque já nós nos apercebemos que quando são contrariados ou quando são muitas vezes denunciadas a incapacidade deste Executivo, a resposta ou é porque é narrativa política, ou que é arremesso político, ou é conveniência política.-----

Em relação a estas duas ARU’s julgo que esta Câmara tem que ser muito mais ambiciosa,



porque não percebemos porque é que estas duas ARU's aparecem a conta gotas, não resolve o problema do Funchal, agora, poderá revelar, não obstante os números do IFRRU, uma total incapacidade desta Câmara, porque se tivesse outras 7 ou 20 ARU's não conseguiria dar conta do recado. -----

Posto isto queremos mais ambição e uma vez que não conseguem publicamente dar conta da reabilitação urbana, deem instrumentos aos privados para darem uma volta nesse aspeto ao Funchal." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** expressou o seguinte: "1. Importa salientar que as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) partem do pressuposto de duas situações: -----

- Instrumento de regeneração urbana de áreas urbanas consideradas consolidadas. -----
- Esmagadora maioria do edificado preexistente inserido na ARU a reabilitar ser de origem legal, ou com pequenas partes por regularizar em termos de legalização. -----

2. No caso concreto da ARU do Monte, estas duas importantes condições não estão alcançadas em pleno, vejamos:-----

- A ARU do Monte em termos do PDM do Funchal, estará boa parte da mesma em área considerada periférica (Zona da Corujeira), o que não pode ser considerada uma área ou zona consolidada ou sequer em vias de consolidação. -----
- Quanto ao edificado inserido nesta ARU e no tocante a zona da Corujeira será consensual dizer que boa parte da mesma tem características de génese ilegal e não legal e estará também boa parte por legalizar. -----

3. Tendo em conta esta importante caracterização para a definição de uma ARU, importa referir que no tocante a proposta apresentada julgamos que a mesma deveria ser complementada com um Plano de Pormenor simplificado de AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), que embora tenham finalidades distintas, podem estar interligados e

poderiam em conjunto cumprirem objetivos mais ambiciosos de uma maior reconversão urbanística e de reabilitação de edificado nesta zona.-----

4. Assim e para que o sucesso desta ARU seja aquele que todos desejamos, propomos que sobre esta ARU, se desenhe um Plano de Pormenor (PP) simplificado, que abrange a área de existência deste edificado considerado de génese ilegal, que deve, quer seja por razões de transformação fundiária ou apenas de legalização do edificado, ser alvo de uma AUGI que trabalhe em simultâneo com a ARU em apreço, para a necessária e quase total reconversão urbanística que certamente todos pretendemos desta zona alta da Cidade. --

5. A par disto é extremamente importante que o Executivo Municipal elabore e coloque a disposição de Técnicos e Municípes em geral o Regulamento cuja proposta foi aprovada por unanimidade e que ainda não foi elaborado que permita que a legalização de construções no Município seja mais clara, definindo-se não só os mecanismos para clarificar o artigo 97º do Plano Diretor Municipal que versa sobre estas construções, mas também para permitir na plenitude que a adaptação a Região da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal possa no principal Município da RAM ser uma realidade, isto atendendo aos muitos casos que esta legislação poderá ajudar a resolver no Funchal.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, pronunciou o seguinte: “Sobre as intervenções do PSD e CDS, às vezes parece que não sabemos muito bem o que é que estamos aqui a discutir. Uma Área de Reabilitação Urbana é algo que não é feito em cinco minutos, é algo que exige um trabalho extremo de levantamento de toda a área, de toda a parte habitacional, de verdes, de tudo o que existe naquela área. Dizer que a Câmara é incompetente nesta área, está a chamar de incompetentes, mais uma vez, todos os serviços da Câmara, e julgo que deveriam de conhecer o trabalho destas áreas urbanas antes de se quer falar sobre essas coisas. -----

As Áreas de Reabilitação Urbana têm um propósito de reabilitação de uma zona como o próprio nome indica e com alguns objetivos. No caso desta em concreto do Monte, há ali uma zona de elevado risco seja por aluviões, seja por incêndios e é preciso que aquela zona ganhe uma nova dinâmica e que sejam reabilitadas as casas que são para reabilitar. Com isto, não se pode de uma maneira leviana dizer que vamos legalizar todas as casas existentes na zona, porque se uma casa ilegal está numa zona de risco, não vamos criar uma legislação ou uma regra qualquer a nível de regulamento, para legalizar uma casa que pode até se ter safado nestes incêndios, mas pode vir a arder no próximo, ou pode se ter safado por estar no leito de uma ribeira, mas pode vir a ser levada na próxima. Além de que, a própria legalização de casas de génese ilegal já está prevista no PDM e tem sido feito esse trabalho com alguma intensidade, portanto é uma questão de não misturar as coisas.-----

As Áreas de Reabilitação Urbana permitem a reabilitação de zonas com especificidades próprias, no caso desta em concreto, até foi alargada à Quinta do Imperador, para que possa também ter aí os benefícios que estas ARU's dão, nomeadamente a nível fiscal e de taxas municipais, portanto acho que temos aqui um bom instrumento de gestão do território para aprovar. Falar que seis anos para fazer isto é muito tempo, se calhar é, se não tivéssemos tido um PDM para aprovar durante dez anos, depois teve o seu tempo para ser elaborado e as ARU's só são elaborados depois do PDM ser aprovado, por isso as coisas têm o seu tempo, pior foi no passado não terem revisto o PDM quando deviam e muito menos sequer terem pensado que existia ARU's."-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** começou por dizer que perante a intervenção do Senhor Deputado Municipal Deputado Duarte Caldeira, aquele deu-lhe razão porque admitiu que a maior parte das casas naquela

zona de risco são de génese ilegal, e contradiz-se face ao diploma que prevê uma ARU que diz, *para existir uma ARU tem de haver um pressuposto da esmagadora maioria do edificado pré-existente inserido na ARU a reabilitar, sendo de origem ilegal.*-----

Como tal, perguntou-lhe se podem ou não fazer a ARU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, questionou o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta se está disponível para legalizar casas em zonas de risco, pondo em perigo as famílias que nelas habitam. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, reiterando o anterior, disse que o CDS naquele dia apresentou uma proposta que espera que seja assinada, que para aquela ARU ser aprovada, era importante um Plano de Pormenor Simplificado das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, para evitar as catástrofes.---  
Por isso, perguntou ao Senhor Deputado Municipal Duarte Caldeira se aprova esse Plano, e ao Senhor Vereador Bruno Martins se está disposto a dialogar mais uma vez com aquele grupo municipal sobre aquela matéria. Pois se assim for, aprovarão aquela ARU. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, respondeu que uma ARU tem em vista a reabilitação de uma zona que, naquele caso em concreto, tem várias casas de génese ilegal em que umas serão legalizáveis e outras não, porém para as que não serão legalizáveis, existe um artigo no PDM a que podem recorrer. -----

Logo, a proposta do CDS não irá tornar uma zona perigosa numa zona não perigosa, por isso é ponto assente da sua bancada que não irão legalizar o que está em zonas de risco.

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que sobre as intervenções atrás referidas disse o seguinte: “De facto o que nós estamos aqui a votar são opções políticas da Câmara que estavam previstas no PDM que foi

aprovado em maio de 2018 por esta Casa, que previa a criação de outras seis Áreas de Reabilitação Urbana, já existe uma desde 2015 que é aquela a que se chamou Cidade com Vida no Centro Histórico da Cidade do Funchal, e que conseqüentemente a essa aprovação da Área de Reabilitação Urbana, foi aprovado uma ORU – Operação de Reabilitação Urbana, que prevê um conjunto de iniciativas e de investimento público e privado, e o que estão os Serviços a fazer é a dar cumprimento àquilo que está no PDM.-----

Não podemos ter a visão de que a Câmara deveria substituir-se aos privados, que foi transmitida pelo **Senhor Deputado Municipal Alexandre Silva**, porque nós ainda prezamos o direito privado e a iniciativa privada que deve, e julgo que o PSD na ideologia social democrata e do CDS também, partilhar de ser salvaguardada e que as entidades públicas devem criar as condições, para que possa proliferar esse investimento privado e o motor económico que foi aqui bem referido. Portanto, não posso obviamente aceitar que se pretenda que seja a Câmara a substituir - se aos privados a investir.-----

Quando refere que é a conta gotas, obviamente, que este é um trabalho subjacente que o Senhor Vereador vai explicar, e não é simplesmente fazer coisas à pressa, tem que ser feito com conta, peso e medida, como muito bem o Senhor Vereador do PSD, Elias Gouveia, referiu que é conhecedor do trabalho que está aqui implícito e inerente a esta delimitação das ARU's, à sua caracterização do ponto de vista económico, social e cultural. Em relação ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** e à leitura que aqui fez de um colega seu, o Senhor Vereador Bruno Martins poderá elaborar e fundamentar tecnicamente aquilo que tem sido a sua situação, sabendo que aquilo que foi a sua proposta, obviamente, não cabe nesta esfera agora em que estamos a definir uma ARU, os instrumentos conseqüentes são as ORU's e aí sim terá que ser feito e terá que ser em sede desse trabalho, incluir quaisquer preocupações adicionais da operação propriamente dita, e obviamente fica-lhe mal essa chantagem de dizer ou aceita, ou chumba. São as

peças do Monte que irão beneficiar com isto, não é a Câmara, não é o Miguel Gouveia, não é o Bruno Martins nem é tão pouco a Coligação Confiança, são as peças e os proprietários do Monte que ficarão a beneficiar com a Área de Reabilitação Urbana, e se o Senhor Deputado entender que acha que deve votar contra, depois vai explicar às peças do Monte o porquê do seu voto contra, quando poderiam estar a ser beneficiados por este pacote fiscal que está inerente não só ao pacote fiscal, mas também fontes de financiamento que está intrínseco a esta ARU.”-----

De seguida, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins**, que começou por entregar um documento para os Deputados Municipais terem uma noção do trabalho que é uma ARU e da equipa multidisciplinar que é necessária para a elaborar, pois considera importante perceber a dimensão e a escala do trabalho, para depois poderem ter a capacidade para propor novas ARU's ou aprovar aquelas que ali estão. -----

De seguida dirigiu-se ao **Senhor Deputado Municipal Alexandre Silva**, agradecendo-lhe a sua pergunta, como também a proposta do PSD na reunião de Câmara, e explicou que não era possível aceitá-la por uma razão técnica, sendo a principal o trabalho que ela dá porque há que se ser criterioso, logo existe o planeamento, que é a antecipação dos cenários, por isso no PDM estão sete ARU's. Contudo, uma vez aquelas feitas, que são as prioritárias, não significa que não possam pensar em fazer mais, mas se assim for, agradeceu que proponham ARU's e não REVU's, porque aquilo que estavam a propor eram ruas e não áreas. De qualquer modo, acham que são muito mais importantes as Operações de Regeneração Urbana, porque advêm de um planeamento e de um diagnóstico que é feito depois de um plano de ação, em que são muito mais produtivas e mais catalisadoras, dando como exemplo, que logo que foram retiradas as motas junto ao Museu, aquele pintou de seguida as suas fachadas. -----

Também agradeceu ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** o seu contributo

ali dado, contudo pedindo-lhe desculpa, disse que o mesmo está a confundir um pouco as partes mais técnicas, porque um Plano de Pormenor é com uma determinada eficiência e eficácia e uma ARU aparece por coisas diferentes, logo, naquele caso o mesmo não lhe parece fazer muito sentido, porque não há nada que mais possa trazer, uma vez o esforço de caracterização que existe naquela ARU já ser suficiente. Porém, realçou que estão sempre disponíveis para trabalhar num grupo de trabalho sobre qualquer tema.-----

Salientou ainda a importância do artigo 97º do PDM, por ser inovador em prever as legalizações anteriores a dois mil e treze, enquanto que as ARU's se reportam a uma área que é generalizadamente considerada clandestina, que naquele caso significaria dizer que dentro da área de génese ilegal, estaria por exemplo a Quinta do Imperador do Monte, cujo raio de ação foi aumentado para que o Governo também pudesse desfrutar dos benefícios fiscais. -----

**Ao Senhor Deputado Municipal Duarte Caldeira**, apenas quis lhe dizer que tem toda a razão quando diz que cada instrumento tem as suas próprias especificidades e objetivos, por isso e por não lhe parecer relevante, não consegue ali debater se vão ou não fazer o Plano de Pormenor. -----

Terminou dizendo que aquela ARU contempla um conjunto de benefícios para seiscentas famílias, que veem condições extraordinárias para poder reabilitar o seu património, quer ele esteja legalizado ou por legalizar, por isso é de opinião de que ninguém entenderia se não votarem todos favoravelmente tanto aquela ARU como a próxima.-----

**- INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, começou por sublinhar e esclarecer que o CDS sempre foi defensor de um investimento privado. -----

Depois sobre a ARU, disse que nunca afirmou que aquela bancada municipal a iria

chambar, apenas propôs um Plano de Pormenor simplificado que se adequasse e se conjugasse à Área de Reabilitação Urbana proposta pelo Executivo municipal. Além de que quando começaram a negociar o PDM, o CDS foi claro para que fosse criado um grupo de trabalho para elaborar um regulamento próprio para as casas de génese ilegal, com base e pressuposto no artigo 97º, pois aquela bancada não abdicou como princípio basilar do diálogo, da concertação e da fundamentação técnica e política do documento, aquando da aprovação do PDM. Como tal, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para transmitir aos funchalenses, a verdade dos factos quando negociaram o PDM – Plano Diretor Municipal.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por referir que foi com base nas afirmações feitas pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, que estaria em causa o voto sobre o ponto em discussão, em se seria ou não aceite a proposta, que em sede de trabalho da ORU – Operação de Reabilitação Urbana, seria eventualmente discutida.-----

Sobre as condições para os privados poderem edificar e reabilitar o seu património, referiu que é da competência do privado fazer um edifício e reabilitá-lo, enquanto que a competência da Câmara e da Assembleia é delimitar os instrumentos de gestão territorial, sejam eles PDM, Planos de Pormenor, Planos de Urbanização, Áreas de Execução, Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana, porque deve sempre nortear a sua elaboração, a persecução do interesse público. -----

Em relação à criação do grupo de trabalho, disse não poder pronunciar-se sobre o mesmo porque não esteve nessa negociação, mas sabe que a Câmara está empenhada em promover a legalização de casas de génese ilegal desde que cumpram o RGEU, e que cumpram ainda os parâmetros que têm obrigatoriamente do PDM de ser cumpridos. -----

Sobre a aprovação do regulamento, disse que já foi transmitido na última reunião de

Câmara que são as mesmas pessoas que fazem as ARU's, que fazem os regulamentos e que no momento estão a assumir os compromissos que estavam plasmados no PDM, podendo, eventualmente, chegar a esse regulamento, sem demagogias e não tentando vender à população a ideia de que a aprovação do mesmo de uma assentada legaliza as casas todas. -----

--- Depois o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Quatro - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Zona da Corujeira e Tornos - Monte, de acordo com o disposto na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que foi **aprovado por maioria** com trinta e oito votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezasseis votos do PPD/PSD, dois votos do CDS-PP, um voto do JPP e uma abstenção do Deputado Independente. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD, Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP. -----

--- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins** para apresentar o **Ponto Cinco - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Ribeira de João Gomes, de acordo com o disposto na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que começou por se mostrar muito satisfeito por a votação da primeira ARU ter merecido praticamente a unanimidade. -----

Depois referindo-se àquela terceira ARU, disse que a mesma tem uma área de vinte e quatro hectares, cerca de trezentas e cinquenta e seis famílias clássicas e duzentos e noventa e oito núcleos familiares, perfazendo, aproximadamente, mil habitantes e cerca de quatrocentas casas e que em todo o resto segue a orientação do PDM e que reconhece os

mesmos tipos de isenções e benefícios.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Cinco - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Ribeira de João Gomes, de acordo com o disposto na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, à votação sendo **aprovado por maioria** com trinta e nove votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, dois votos do CDS-PP, um voto do JPP e uma abstenção do Deputado Independente. ----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação da Adesão do Município do Funchal à Associação Limpeza Urbana – Parceria para as Cidades Inteligentes e Sustentáveis, associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como aprovação do conteúdo dos respetivos Estatutos, de acordo com o disposto na al. n), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**: “Uma vez que sempre que a Câmara tem uma participação nos órgãos sociais de qualquer associação, seja ela com ou sem fins lucrativos, como é este caso, é necessário a aprovação da Assembleia Municipal, daí que a Câmara foi convidada para fazer parte da Associação de Limpeza Urbana, uma parceria entre Municípios para cidades inteligentes e sustentáveis a exemplo de outras associações a que nós já pertencemos de âmbito nacional e prevê a prossecução do interesse de conseguir mais financiamento para estas atividades, através de fundos comunitários, criando *lobby* para poder canalizar a nível nacional para estas áreas de inovação, é isso que trazemos aqui, propondo a participação da entrada do Município nesta associação de que seremos o Município fundador e a aprovação dos estatutos que também vem aqui à deliberação.”-----

- INSCRIÇÕES: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, expôs o seguinte: “Os valores ambientais, da sustentabilidade, da promoção da economia circular e os demais conexos correspondem a uma preocupação crescente e fulcral, que deverá nortear a atuação de entidades públicas e privadas, coletivas ou singulares.-----

Estes valores correspondem a uma preocupação transversal a toda a sociedade atual e determinam o presente e o futuro da qualidade de vida e ambiente, tendo uma dimensão transnacional, nacional, regional, municipal, coletiva e individual. -----

É importante um alinhamento coordenado de atuações entre todas as referidas dimensões para que seja atingido o pleno sucesso no campo ambiental, sustentáculo essencial à vida humana, integrada num ecossistema global.-----

O grupo Municipal do PSD comunga do reconhecimento da relevância da temática ambiental, num sentido lato e da limpeza urbana como competência municipal, integrada num plano mais próximo, numa realidade regional, sendo essencial uma visão integrada de medidas com aquelas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo regional, e entidades municipais regionais. A solução mais profícua passa pela ação proactiva, preventiva e corretiva, em rede de proximidade com as mesmas. -----

Tem dupla dimensão, a questão: per se - valores intrínsecos ambientais e de sustentabilidade e impacto económico ao que ao turismo concerne, sendo a região mundialmente reconhecida pela especial beleza natural, que se pretende preservada para habitantes, visitantes, presentes e futuros. -----

Parafraseio, Greta Thunberg na participação TED Talk, e que nas Nações Unidas sublinhou que, tal como nós, não tem apenas esperança de um futuro melhor e é urgente a adoção de mudanças. “Tivemos (...) conversas incentivadoras e venda de ideias positivas, e

desculpe-me, mas isso não funciona. Nós precisamos de esperança, mas a única coisa que precisamos mais do que isso, é ação”.

Usou a palavra certa: ação, mas em apreço está apenas integrar uma associação e ainda que a mesma tenha fins meritórios é um encargo adicional para esta autarquia no montante anual de 4.000 euros e não uma ação com efeito direto, eficaz e urgente em termos ambientais. É uma ação formal e não efetivamente ambiental.

Neste tempo de fim de vindimas, é caso para dizer que a discussão de integrar uma associação e não ter para já qualquer ação na matéria ambiental e limpeza urbana, é muita parra e pouca uva.”

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC**, transmitiu o seguinte: “A aprovação da integração do Município do Funchal, como uma das entidades fundadoras da Associação de Limpeza Urbana parceira para as Cidades Inteligentes e Sustentáveis, é mais um passo para que o Município mantenha a sua postura de relevar boas práticas nesta cidade, que ofereça um contributo para a sustentabilidade ambiental tão importante e apelada por toda a comunidade que reside, tanto no Funchal como em toda a Região Autónoma da Madeira. Esta Associação de Limpeza Urbana é uma organização que visa envolver as cidades e os *stakeholders* e são as Juntas de Freguesia, os cidadãos e cidadãs entre outros agentes para a promoção da limpeza urbana criando projetos inovadores. Esta associação pretende também promover investigação debruçando-se sobre questões de limpeza urbana, como a promoção dos princípios de economia circular, que até deveriam ser princípios que deveriam de ter uma aposta alargada a toda a Região Autónoma da Madeira e que ainda não são visíveis, bem como esta associação visa promover uma campanha de cidadania ambiental ou de sensibilização para a limpeza urbana e a implementação de indicadores de metodologia que contribuam para a qualidade do espaço público, descarbonização e sustentabilidade. Também urge

segundo Secretário da Mesa, voltou a pedir a sua substituição para se pronunciar sobre o Ponto Sete, sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

Este começou por dizer que no dia anterior o Senhor Presidente da Câmara, aquando da entrega das divisas aos Bombeiros Sapadores, havia referido que lhes tinha aumentado os salários, que tinham recebido novo fardamento e que já não eram recrutas, porém, segundo uma informação que lhe foi enviada, isso não corresponde à verdade. -----

Depois referindo-se àquele ponto, disse que irá votar contra o mesmo e todos aqueles em que a seleção seja feita por pessoas afetas àquela Câmara, porque podem ser influenciadas pelos seus superiores hierárquicos, o que torna o processo pouco transparente. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que **aquilo que referiu foi que a partir do presente mês serão processados os salários com efeitos retroativos, em conformidade com o que saiu no Decreto Lei de julho de 2019. Contudo, no momento existem duas** situações em curso: uma é a transição da tabela salarial de Bombeiros Municipais para Bombeiros Sapadores, havendo aumento de vencimento implícito, que segundo o decreto lei são 15% nos primeiros cinco anos e 25% no sexto ano, desde a data da publicação do diploma. Paralelamente, há um processo de mobilidade em curso que permite subir de uma categoria para a categoria imediatamente seguinte, processo esse que se iniciou em dezembro do ano passado e que tem dezoito meses de vigência, o que significa que os bombeiros de terceira que estão em mobilidade recebem como bombeiros de segunda e os de segunda como primeira, o bombeiro recruta, como entrou recentemente não tem tempo de serviço para poder estar em mobilidade, portanto só tem o adicional no vencimento de passagem da tabela dos municipais para a tabela dos sapadores, ao passo que os outros têm aquela mudança de tabela e ainda têm uma categoria acima. -----



medidas como estas numa estratégia de carácter regional, mas que desta forma começa o primeiro passo no Município do Funchal, tal como outras tantas medidas que tiveram início neste Município, por isso este Executivo camarário está de parabéns por este tipo de iniciativas e boas práticas, assim é para a Coligação Confiança essencial este Município tornar-se associado fundador da Associação Limpeza Urbana - Parceria para as Cidades Inteligentes e Sustentáveis.” -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Seis - Proposta de Deliberação da Adesão do Município do Funchal à Associação Limpeza Urbana – Parceria para as Cidades Inteligentes e Sustentáveis, associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como aprovação do conteúdo dos respetivos Estatutos, de acordo com o disposto na al. n), do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com quinze votos a favor do GMC e vinte e uma abstenções sendo dezassete do PPD/PSD, duas do CDS-PP, uma do Deputado Independente e uma do JPP. -----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: António José Gouveia Gomes, Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar e Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação da Designação do Júri de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédio de 1º Grau – Águas do Funchal, de acordo com as als. a) b) e c) do art.º 6º e do art.º 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23/10**, que dispensou a sua apresentação.-----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira**,

--- De seguida o Senhor Presidente colocou o **Ponto Sete - Proposta de Deliberação da Designação do Júri de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédio de 1º Grau – Águas do Funchal, de acordo com as als. a) b) e c) do art.º 6º e do art.º 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23/10** à votação, sendo **aprovado por maioria** com trinta e nove votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, dois votos do CDS-PP, um voto do JPP e um voto contra do Deputado Independente.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP.-----

--- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Oito - Proposta de Deliberação da Designação do Júri de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédio de 1º Grau – Ordenamento do Território, de acordo com as als. a) b) e c) do art.º 6º e do art.º 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23/10**, este dispensou a sua apresentação. Como tal, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação, sendo **aprovado por maioria** com trinta e nove votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, dois votos do CDS-PP, um voto do JPP e um voto contra do Deputado Independente.-----

--- Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: António José Gouveia Gomes, Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar e Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, do CDS-PP, Edgar Freitas Gomes da Silva, do PCP/PEV-CDU e Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP. -----

--- Por último, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Eleição do Presidente de Junta e seu substituto para representação das Juntas de Freguesia do Município do Funchal no XXIV Congresso da Associação**, sendo **eleito por**

